CPAD

A Difícil Doutrina do Amor de Deus



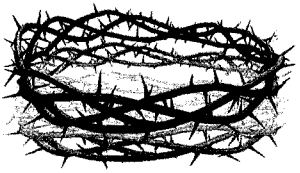
D. A. Carson

DIGITALIZAÇÃO:
EMANUENCE DIGITAL



EDIÇÃO:
ADRIANO LOPES

A Difícil Doutrina do *Amor* de DEUS



D. A. CARSON

A DIFÍCIL DOUTRINA DO (Amor DE

Traduzido por Degmar Ribas

Ia Edição

CB4D

Rio de Janeiro
2007

Todos os direitos reservados. Copyright © 2007 para a língua portuguesa da Casa Publicadora das Assembléias de Deus. Aprovado pelo Conselho de Doutrina.

Título do original em inglês: The Difficult Doctrine of the Love of God
Crossway Books a Publishing Ministry of Good News Publishers, Wheaton, Illinois, EUA.
Primeira edição em inglês: 2000
Tradução: Degmar Ribas

Preparação dos originais: César Moisés
Revisão: Esdras Costa Bentho
Capa: Alexander Diniz
Projeto Gráfico: Natan Tomé
Editoração: Suzane Barboza

CDD: Teologia
ISBN: 978-85-263-0913-5

As citações bíblicas foram extraídas da versão Almeida Revista e Corrigida, edição de 1995, da Sociedade Bíblica do Brasil, salvo indicação em contrário.

Para maiores informações sobre livros, revistas, periódicos e os últimos lançamentos da CPAD, visite nosso site: http://www.cpad.com.br

SAC — Serviço de Atendimento ao Cliente: 0800-21-7373

Casa Publicadora das Assembléias de Deus
Caixa Postal 331
20001-970, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

1ª edição/2007

Sumário

Prefácio 7

1 Distorcendo o Amor de Deus 9

2 Deus É Amor 27

3 O Amor e a Soberania de Deus 47

4 O Amor e a Ira de Deus 69

Notas 91

PREFÁCIO

Embora partes deste livro tenham sido primeiramente proferidas como palestras em vários lugares, os quatro capítulos, mais ou menos como impressos aqui, foram preparados em primeiro lugar como Palestras de W. H. Griffith Thomas e ministradas no Seminário Teológico de Dallas em fevereiro de 1998.

Estou muito grato pelas muitas demonstrações de bondade que me foram dirigidas durante os quatro dias de minha visita. Membros de faculdades saíram de onde estavam para me dar as boas-vindas. Foi bom rever as pessoas conhecidas, renovar velhas amizades e estabelecer muitas outras. O reitor acadêmico, Dr. Mark Bailey, e sua equipe, além do costumeiro profissionalismo, foram solícitos e prestativos.

Desde então tenho repetido as quatro palestras, cada vez ligeiramente revisadas, no Carey Baptist College na Nova Zelândia, Moore Theological College em Sidney, Austrália, e na Gilcomston Church em Aberdeen. Em cada caso, tenho me beneficiado tanto da hospitalidade como das perguntas.

Estou especialmente grato a Deus pela oportunidade proporcionada para que estas palestras fossem impressas em uma pequena reflexão teológica que me ocupou por algum tempo. O tema do amor de Deus não é rapidamente exaurido, seja em nossa experiência ou em nossa teologia. Sem dúvida alguma, esse assunto ocupará a nossa reflexão, como também suscitará nossa adoração na eternidade. Este pequeno livro não tem a pretensão de alcançar a amplitude ou a profundidade que o tema requer. Ele é apenas a entrada de água da bomba. Em parte, abrange uma área que muitos cristãos três séculos atrás conheciam, coisas largamente perdidas hoje. Se este livro fizer pelo menos uma pequena contribuição para a sua recuperação, já estarei contente.

As palestras apareceram, pela primeira vez, impressas nos quatro fascículos da *Biblioteca Sacra*, volume de 1999. Estou grato à Crossway Books por publicar as palestras neste formato, ligeiramente revisadas outra vez, com isto tornando-as mais amplamente disponíveis. Logo ficará óbvio para o leitor que, com poucas exceções, mantive a formalidade relativa da palestra em vez de transformar estes capítulos em esboços. Também gostaria muito de agradecer ao meu assistente graduado, Sigurd Grindheim, por compilar os índices.

Soli Deo gloria.
D. A. Carson
Trinity Evangelical Divinity School

I

Distorcendo o Amor de Deus



Sabendo o título desta obra, "A Difícil Doutrina do Amor de Deus", você bem poderá ser perdoado por pensar que o palestrante W. H. Griffith Thomas, de 1998, perdeu o bom senso. Se ele tivesse escolhido falar sobre "A Difícil Doutrina da Trindade", ou "A Difícil Doutrina da Predestinação", pelo menos o seu título teria sido coerente. Mas será que a doutrina do amor de Deus não é, digamos, *fácil* se comparada a estes ensinos profundos e, em parte, misteriosos?

A. Por que a Doutrina do Amor de Deus Deve Ser Julgada Difícil

Há pelo menos cinco razões.

(1) Se as pessoas crêem em Deus hoje, a maioria esmagadora defende que este Deus é um ser amoroso. Mas é isto que torna a tarefa do testemunho cristão tão desanimadora,

simplesmente porque esta crença amplamente disseminada no amor de Deus é estabelecida com uma freqüência crescente em algum molde que não é a teologia bíblica. O resultado é que quando cristãos instruídos falam sobre o amor de Deus, eles querem dizer algo muito diferente do que pretende a cultura circundante. Pior, nenhum dos dois lados pode perceber que este é o caso.

Considere alguns produtos recentes da indústria do cinema, preservados no celulóide e como moldam a cultura ocidental. Para os nossos propósitos, os filmes de ficção científica podem ser divididos em dois tipos. Talvez os mais populares sejam os do tipo barulhento e violento, tais como *Independence Day,* ou as quatro partes da série *Alien,* repletos de males repulsivos. Obviamente os alienígenas têm de ser maus, ou não haveria nenhuma ameaça, e, portanto, nenhum objetivo nem diversão. Raramente estes filmes se propõem a transmitir uma mensagem cosmológica, e muito menos uma mensagem espiritual.

O outro tipo de filme nesta classe que tenta transmitir uma mensagem, mesmo enquanto procura divertir, quase sempre retrata o poder final da benevolência. Na margem entre os dois tipos de filmes está a série *Guerra nas Estrelas,* como o seu tratamento da "Força" moralmente ambígua. Mas, mesmo esta série pende na direção da presunção de uma vitória final do lado da "luz", da "Força". *ET,* como Roy Anker definiu, é "um conto da encarnação de coração ardente que culmina na ressurreição e na ascensão".[1] E agora no filme *Contact* de Jodie Foster, a inteligência não explicada é inundada de amor, sabiamente previdente, gentilmente espantosa.

O próprio Anker pensa que esta "dissimulação", como ele chama a isto, é uma grande ajuda à causa cristã. Como os escritos de J. R. R. Tolkien e C. S. Lewis, estes filmes aju-

dam as pessoas *indiretamente* a apreciar a bondade e o amor absoluto de Deus. Sou bem menos otimista. Tolkien e Lewis ainda viveram em um mundo moldado pela herança judaico-cristã. Embora muitos dos seus leitores não fossem cristãos em nenhum sentido e, muito menos no bíblico, a "dissimulação" deles foi lida por outros na cultura que também havia sido moldada por esta herança.

Mas o ponto de vista de *Contact* é monístico, naturalista e pluralista (afinal, o filme foi dedicado a Carl Sagan). Ele tem muito mais ligações com a Nova Era e o otimismo panglossiano do que com qualquer outra coisa essencial. De repente a doutrina cristã do amor de Deus se torna muito difícil, porque toda a estrutura na qual ela está estabelecida nas Escrituras foi substituída.

(2) Para colocar isto de outra forma, vivemos em uma cultura na qual muitas outras verdades contemporâneas a respeito de Deus são amplamente *des*acreditadas. Realmente não acho que os argumentos bíblicos sobre o amor de Deus possam sobreviver muito tempo "no front" do nosso raciocínio, se for abstraído da soberania, da santidade, da ira, da providência ou da personalidade de Deus, para mencionar apenas alguns elementos não-negociáveis do cristianismo básico.

O resultado, naturalmente, é que o amor de Deus, em nossa cultura, tem sido expurgado de tudo o que ela considere desconfortável. O amor de Deus tem sido equilibrado, democratizado, e acima de tudo, sentimentalizado. Este processo tem se desenvolvido por algum tempo. A minha geração foi ensinada a cantar, "O que o mundo precisa agora é amor, doce amor", no qual nós fortemente informamos ao Todo-Poderoso que não precisamos de uma outra montanha (já temos muitas), mas que seria bom mais um pouco de amor. A arrogância é espantosa.

Nem sempre foi assim. Nas gerações em que quase todos criam na justiça de Deus, as pessoas às vezes achavam difícil crer no amor de Deus. A pregação do amor de Deus veio como maravilhosa boas novas. Hoje em dia, se você disser às pessoas que Deus as ama, provavelmente elas não ficarão surpresas. Naturalmente, Deus me ama; Ele é assim, não é? Além disso, por que Ele não iria me amar? Eu sou bonitinho, ou pelo menos tão simpático quanto o meu próximo. Eu estou bem, você está bem, e Deus ama a você e a mim.

Mesmo nos anos 80, de acordo com Andrew Greeley, três quartos daqueles que responderam a uma importante pesquisa sua, relataram que preferiam pensar em Deus como um "amigo" do que como um "rei".[2] Eu gostaria de saber qual teria sido a porcentagem se a opção tivesse sido "amigo" ou "juiz". Hoje, a maioria das pessoas parece ter pouca dificuldade para acreditar no amor de Deus; elas têm muito mais dificuldade em acreditar na justiça e na ira de Deus, e na veracidade não-contraditória de um Deus onisciente. Mas o ensino bíblico sobre o amor de Deus está mantendo a sua forma quando o significado de "Deus" se dissipa em uma névoa?

Não devemos pensar que os cristãos são imunes a estas influências. Em um livro importante, Marsha Witten faz uma pesquisa sobre o que está sendo pregado no púlpito protestante.[3] Vamos admitir as limitações de seu estudo. Sua coleção de sermões foi reunida, por um lado, da Igreja Presbiteriana (nos Estados Unidos), dificilmente o baluarte do evangelicalismo confessional; e, por outro, das igrejas pertencentes à Convenção Batista do Sul. Admiravelmente, em muitas das questões cruciais, houve apenas uma diferença estatística marginal entre estas duas heranças eclesiásticas. Uma limitação mais significativa era que todos os

sermões que ela estudou enfocavam a parábola do filho pródigo (Lc 15.11-32). Isto significa que os sermões estão fadados a se inclinar numa direção predeterminada.

Entretanto, seu livro está repleto de longas citações destes sermões, e eles são imensamente problemáticos. Há uma tendência poderosa de "apresentar Deus através de caracterizações de seu estado interior, com uma ênfase em suas emoções, que lembram muito as dos seres humanos... É mais provável que Deus 'sinta' do que 'aja', que 'pense' do que 'diga'".[4] Ou novamente:

> A noção relativamente fraca das capacidades temerosas de Deus com relação ao juízo é sublinhada por uma falta quase completa de construção discursiva de ansiedade em torno do estado futuro de alguém. Como já vimos, os sermões dramatizam sentimentos de ansiedade de ouvintes sobre muitos outros aspectos (este, mundano) de seu afastamento de Deus, estejam eles discutindo o vocabulário do pecado ou em outras formulações. Mas mesmo quando se refere diretamente aos não-convertidos, apenas dois sermões insistem no temor do juízo de Deus retratando a ansiedade sobre a salvação, e cada texto faz isto apenas obliquamente, quando explica indiretamente outras questões que estão em seu caminho, enquanto protege a platéia de sentimentos negativos... O Deus transcendente, majestoso e espantoso de Lutero e Calvino cuja imagem informada pelas primeiras visões protestantes do relacionamento entre os seres humanos e o divino sofreu uma suavização de conduta através das experiências americanas do protestantismo, com apenas exceções menores... Muitos dos sermões retratam um Deus

> cujo comportamento é regular, padronizado, e previsível; Ele é retratado em termos da consistência de seu comportamento, da conformidade de suas ações para a singular lei de "amor".[5]

Com este sentimentalismo de Deus se multiplicando nas igrejas protestantes, não é necessário muito para ver como pode ser difícil manter uma doutrina bíblica do amor de Deus.

(3) Alguns elementos dos padrões maiores e que ainda se desenvolvem no pós-modernismo, atuam no problema com o qual estamos lidando. Por causa de mudanças extraordinárias na epistemologia do Ocidente, mais e mais pessoas acreditam que a única heresia que sobrou é a opinião de que a heresia existe. Elas defendem que todas as religiões são fundamentalmente a mesma e que, portanto, não só é rude, mas profundamente ignorante e antiquado tentar ganhar alguém para as suas crenças, uma vez que implicitamente está se dizendo que as crenças das outras pessoas são inferiores.[6]

Esta postura, alimentada no Ocidente, agora alcança muitas partes do mundo. Por exemplo, em um livro recente, Caleb Oluremi Oladipo descreve em linhas gerais *O Desenvolvimento da Doutrina do Espírito Santo no Movimento da Igreja Indígena Yoruba (Africana)*.[7] A sua preocupação é mostrar a interação entre as crenças cristãs e a religião tradicional Yoruba na igreja indígena. Após estabelecer "duas perspectivas distintas" que não precisam nos deter aqui, Oladipo escreve:

> Estas duas perspectivas paradigmáticas [*sic*] no livro estão baseadas em uma afirmação fundamental de que a natureza de Deus é um amor universal. Esta afirmação pressupõe que embora os missionários ocidentais afirmassem que a natureza de Deus é o

> amor universal, a maioria dos missionários tem negado a salvação a várias porções da população mundial, e na maioria dos casos eles o fizeram indiscriminadamente. O livro aponta as incoerências deste ponto de vista, e tenta trazer coerência entre o cristianismo e as outras religiões em geral, e a Religião Tradicional Yoruba em particular.[8]

Em resumo, a maré cultural mais energética o pós-modernismo reforça poderosamente as opiniões mais sentimentais, sincretistas e freqüentemente pluralistas do amor de Deus, sem nenhuma outra base de autoridade do que a própria epistemologia pós-moderna. Mas isto faz da articulação de uma doutrina bíblica de Deus e de uma doutrina bíblica do amor de Deus, um desafio extraordinariamente difícil.

(4) As três primeiras dificuldades surgem de desenvolvimentos culturais que fazem do entendimento e da articulação da doutrina do amor de Deus um desafio considerável. Este quarto elemento é, em certos aspectos, mais fundamental. Na pressa cultural em direção a uma visão sentimentalista e, às vezes, até mesmo não-teísta do amor de Deus, nós cristãos temos sido varridos a ponto de termos esquecido que *dentro do confessionalismo cristão* a doutrina do amor de Deus apresenta as suas dificuldades. Este lado de duas guerras mundiais; genocídio na Rússia, China, Alemanha e África; fome em massa; Hitler e Pol Pot; corrupções distintas intermináveis em casa e no exterior tudo neste século, impõe a pergunta, o amor de Deus é uma doutrina óbvia? Naturalmente que isto está levantando as dificuldades de um ponto de vista experimental. Pode-se fazer a mesma coisa a partir da perspectiva da teologia sistemática. Como se integra, precisamente, o que a Bíblia

diz sobre o amor de Deus com o que a Bíblia diz sobre a soberania de Deus, estendendo-se até mesmo sobre o domínio da morte? O que o amor significa em um Ser a quem, pelo menos, em alguns textos tratam como impassível? Como o amor de Deus está ligado à sua justiça?

Em outras palavras, um dos resultados mais perigosos do impacto das versões sentimentalizadas contemporâneas de amor na igreja, é a nossa incapacidade comum de pensar através das perguntas fundamentais que, sozinhas, nos permitem manter uma doutrina de Deus em proporção e equilíbrio bíblicos. Embora uma tarefa possa ser gloriosa e privilegiada, nenhuma é fácil. Estamos lidando com Deus, e reducionismos insensatos estão fadados a serem distorcidos e perigosos.

(5) Finalmente, a doutrina do amor de Deus é, às vezes, retratada dentro dos círculos cristãos como muito mais fácil e mais óbvia do que realmente é; e isto é alcançado à custa de se fazer "vistas grossas" a algumas das distinções que a Bíblia apresenta quando retrata o amor de Deus. Isto é tão importante que se torna o meu próximo ponto principal.

B. Algumas Maneiras Diferentes de como a Bíblia Fala do Amor de Deus

É melhor eu lhe avisar que nem todas as passagens a que faço referência usam na verdade a palavra *amor*. Quando falo da doutrina do amor de Deus, incluo temas e textos que retratam o amor de Deus sem nunca usar a palavra, assim como Jesus diz parábolas que retratam a graça, sem usar a palavra graça.

Com este aviso à frente, chamo a sua atenção para cinco maneiras distinguíveis com que a Bíblia fala do amor de Deus. Esta não é uma lista exaustiva, mas é heuristicamente útil.

(1) *O amor peculiar do Pai pelo Filho, e do Filho pelo Pai.* O Evangelho de João é especialmente rico neste tema. Duas vezes somos informados que o Pai ama o Filho, uma vez com o verbo grego *agapaō* (Jo 3.35), e uma vez com *phileō* (Jo 5.20). No entanto, o evangelista insiste também que o mundo deve aprender que Jesus ama o Pai (Jo 14.31). Este amor intra-Trinitariano de Deus não só separa o monoteísmo cristão de todos os outros monoteísmos, mas está ligado de maneiras surpreendentes com a revelação e a redenção. Voltarei a este tema no próximo capítulo.

(2) *O amor providencial de Deus sobre tudo o que Ele fez.* De um modo geral, a Bíblia não usa a palavra *amor* neste sentido, mas o tema não é difícil de achar. Deus cria todas as coisas, e, antes que haja um sopro de pecado, Ele anuncia que tudo o que fez foi "bom" (Gn 1). Este é o produto de um Criador *amoroso.* O Senhor Jesus retrata um mundo no qual Deus veste a erva dos campos com a glória das flores silvestres talvez não vista por seres humanos, mas vista por Deus. O leão ruge e ataca a sua presa, mas é Deus que alimenta o animal. As aves encontram alimento, mas isto é o resultado da providência amorosa de Deus, e nenhuma delas cai sem a autorização do Todo-Poderoso (Mt 6.26; 10.29). Se esta não fosse uma providência benevolente, uma providência *amorosa,* então a lição moral que Jesus revela, isto é, que podemos confiar que este Deus é capaz de prover o sustento do seu próprio povo, seria incoerente.

(3) *A postura salvadora em relação ao seu mundo caído.* Deus amou *o mundo* de tal maneira que deu o seu Filho (Jo 3.16). Eu sei que alguns calvinistas tentam tomar o grego *kosmos* ("mundo") aqui para se referir aos que eles chamam de eleitos. Mas isto realmente não servirá. Todas as evidências do uso da palavra no Evangelho de João são contrárias a esta sugestão. Para dizer a verdade, *mundo* em João não se refere tanto a grandeza

como a maldade. No vocabulário de João, *mundo* é primeiramente a ordem moral em rebelião intencional e culpável contra Deus. Em João 3.16 o amor de Deus ao enviar o Senhor Jesus deve ser admirado, não porque seja estendido a algo tão grande quanto o mundo, mas a algo tão mau; não a tantas pessoas, mas a pessoas tão impiedosas. Entretanto, em outra passagem, João pôde falar de "*todo* o mundo" (1 Jo 2.2), unindo assim a grandeza com a maldade. Mais importante ainda, na teologia joanina os próprios discípulos pertenciam ao mundo, mas foram tirados dele (por exemplo, João 15.19). Neste eixo, o amor de Deus pelo mundo não pode ser reduzido ao seu amor pelos chamados eleitos.

A mesma lição é aprendida em muitas passagens e temas nas Escrituras. Embora Deus se coloque em juízo sobre o mundo, Ele também se apresenta como o Deus que convida e ordena que todos os seres humanos se arrependam. Ele ordena que o seu povo leve o Evangelho até os confins da terra, anunciando-o aos homens e mulheres de toda parte. Aos rebeldes o Senhor soberano diz, "Vivo eu, (...), que não tenho prazer na morte do ímpio, mas em que o ímpio se converta do seu caminho e viva; convertei-vos, convertei-vos dos vossos maus caminhos; pois por que razão morrereis, ó casa de Israel?" (Ez 33.11).[9]

(4) *O amor particular, efetivo e seletivo de Deus em relação aos seus eleitos.* Os eleitos podem ser toda a nação de Israel, a Igreja como um corpo, ou os indivíduos. Em cada caso, Deus coloca a sua afeição em seus escolhidos, de um modo que Ele não coloque a sua afeição sobre outros. O povo de Israel é informado: "O Senhor não tomou prazer em vós, nem vos escolheu, porque a vossa multidão era mais do que a de todos os outros povos, pois vós éreis menos em números do que todos os povos, mas porque o Senhor vos amava; e, para guardar o juramento que jurara a vossos pais, o Se-

nhor vos tirou com mão forte e vos resgatou da casa da servidão, da mão de Faraó, rei do Egito" (Dt 7.7,8; cf. 4.37). Outra vez: "Eis que os céus e os céus dos céus são do Senhor, teu Deus, a terra e tudo o que nela há. Tão somente o Senhor tomou prazer em teus pais para os amar; e a vós, semente deles, escolheu depois deles, de todos os povos, como neste dia se vê" (10.14,15).

O mais admirável sobre estas passagens é que quando Israel é contrastado com o universo ou com outras nações, a característica distinguível não tem nada de mérito pessoal ou nacional; não é nada além do amor de Deus. Então, na própria natureza do caso, nestas passagens, o amor de Deus é dirigido a Israel de um modo que não é direcionado a outras nações.

Obviamente, esta maneira de tratar o amor de Deus é diferente das outras três que observamos até agora. Esta característica *aparentemente* discriminatória do amor de Deus emerge com certa freqüência. "Amei a Jacó e aborreci a Esaú" (Ml 1.2,3), Deus declara. Permita todo o espaço que você desejar para a natureza semita deste contraste, observando que a forma absoluta pode ser uma maneira de articular uma preferência absoluta; no entanto, o fato é que o amor de Deus nestas passagens é peculiarmente dirigido aos escolhidos.

Semelhantemente, no Novo Testamento: Cristo "amou a igreja" (Ef 5.25). De forma repetida, os textos do Novo Testamento nos contam que o amor de Deus (ou o amor de Cristo) é dirigido àqueles que constituem a Igreja. Retornarei a esse assunto no quarto capítulo.

(5) *Finalmente, às vezes é dito que o amor de Deus é dirigido ao seu próprio povo de uma maneira provisional ou condicional condicionado, isto é, à obediência.* Isto faz parte da estrutura relacional de conhecer a Deus; não tem a ver com como nos tornamos verdadeiros seguidores do Deus vivo, mas com o

nosso relacionamento com Ele uma vez que o conhecemos. "Conservai a vós mesmos na caridade de Deus", Judas exorta os seus leitores (v. 21), deixando a impressão inequívoca de que alguém poderia *não* se conservar no amor de Deus. Está claro que este não é o amor providencial de Deus; é muito difícil escapar disso. Nem é este o amor anelante de Deus, refletindo a sua postura salvadora em relação à raça caída. Nem é este o seu amor eterno e eletivo. As palavras têm os seus significados; e uma delas, como veremos, também se afasta deste amor.

Judas não é o único que fala nestes termos. O Senhor Jesus ordena aos seus discípulos que permaneçam no seu amor (Jo 15.9), e acrescenta, "Se guardardes os meus mandamentos, permanecereis no meu amor, do mesmo modo que eu tenho guardado os mandamentos de meu Pai e permaneço no seu amor" (Jo 15.10). Permita-me fazer uma fraca analogia: Embora haja um sentido no qual o meu amor pelos meus filhos seja imutável (Deus é testemunha) independentemente do que eles façam, há um outro sentido no qual eles sabem muito bem que devem permanecer no meu amor. Se não houver um bom motivo para que os meus filhos adolescentes não cheguem em casa no horário combinado, o mínimo que eles experimentarão é uma repreensão, e também poderão incorrer em algumas sanções restritivas. Não adianta lembrá-los de que estou agindo assim porque os amo. Isto é verdade, mas a manifestação do meu amor por eles quando os coloco de castigo, e quando saio com eles para comer alguma coisa, ou compareço em uma de suas apresentações musicais, ou levo o meu filho para pescar, ou a minha filha para uma excursão de algum tipo, é bastante distinta nos dois casos. A diferença é apenas que o segundo caso se parecerá muito mais com permanecer no meu amor, do que cair sob a minha ira.

Isto também não é apenas um fenômeno da nova aliança. O Decálogo declara que Deus é aquele que mostra o seu amor "a mil gerações *daqueles que me amam e guardam os meus mandamentos*" (Êx 20.6). Sim, "Misericordioso e piedoso é o Senhor; longânimo e grande em benignidade" (Sl 103.8). Neste contexto, o seu amor é *contrastado* com a sua ira. Diferentemente de alguns textos que examinaremos, o seu povo vive debaixo de seu amor *ou* debaixo de sua ira, em função de sua fidelidade à aliança, pois Ele: "Não repreenderá perpetuamente, nem para sempre conservará a sua ira. Não nos tratou segundo os nossos pecados, nem nos retribuiu segundo as nossas iniqüidades. Pois quanto o céu está elevado acima da terra, assim é grande a sua misericórdia *para com os que o temem.* Como um pai se compadece de seus filhos, assim o Senhor se compadece daqueles que o temem. Mas a misericórdia do Senhor é de eternidade a eternidade sobre aqueles que o temem, (...); sobre aqueles que guardam o seu concerto, e sobre os que se lembram dos seus mandamentos para os cumprirem" (Sl 103.9-11,13,17,18; grifos meus). Esta é a linguagem do relacionamento entre Deus e a comunidade da aliança.

Concluirei este capítulo com:

C. Três Observações Preliminares sobre estas Maneiras Distintas de Falar do Amor de Deus

Estas três reflexões serão abordadas um pouco mais nos capítulos restantes. Entretanto, será útil unir alguns elementos.

(1) É fácil ver o que irá acontecer se qualquer uma destas cinco maneiras bíblicas de falar sobre o amor de Deus se tornar absoluta e exclusiva, ou se a rede de controle da discussão for as outras maneiras de falar sobre o amor de Deus que, por sua vez, se tornaram relativas.

Se começarmos com o amor intra-Trinitariano de Deus e usarmos isto como o modelo para todos os seus relacionamentos amorosos, falharemos em observar as distinções que devem ser mantidas. O amor do Pai pelo Filho e o amor do Filho pelo Pai são expressos em um relacionamento de perfeição, sem ser atingido pelo pecado. Embora muito do amor intra-Trinitariano sirva, como veremos, como um modelo do amor a ser compartilhado entre Jesus e os seus seguidores, não há nenhum sentido no qual o amor do Pai redima o Filho, ou o amor do Filho seja expresso em um relacionamento de perdão concedido e recebido. Precioso e realmente extraordinário é o amor intra-Trinitariano de Deus, um foco exclusivo nesta direção leva muito pouco em consideração como Deus se manifesta em relação àqueles rebeldes que levam a sua imagem, em ira e em amor, na cruz.

Se o amor de Deus não é nada mais do que a sua ordem providencial para todas as coisas, não estamos longe de uma "força" beneficente, e um tanto misteriosa. Seria fácil integrar este tipo de postura no panteísmo ou em alguma outra forma de monismo. A ecologia verde pode assim ser fortalecida, mas não a linha da história magnífica que nos leva da criação para a nova criação, para o novo céu e a nova terra, por meio da cruz e ressurreição do nosso Mestre e Senhor.

Se o amor de Deus for exclusivamente retratado como uma paixão convidativa, desejosa, bastante perdida de amor, e que busca o pecador, podemos fortalecer as mãos dos arminianos, semi-pelagianos, pelagianos, e daqueles mais interessados na vida emocional interior de Deus do que em sua justiça e glória; mas o custo será imenso. Há alguma verdade neste retrato de Deus, como veremos, alguma verdade gloriosa. Tornada absoluta, porém, ela não só trata os textos complementares como se não estivessem ali, mas rou-

ba de Deus a soberania, e a nossa segurança. Este pensamento adota uma teologia da graça muito diferente da teologia da graça de Paulo, e pior ainda, termina com um Deus tão insípido que Ele nem pode intervir para nos salvar, nem dispor a sua vara de castigo contra nós. Seu amor é "incondicional" demais para isso. Este é um mundo muito afastado das páginas das Escrituras.

Se o amor de Deus se referir exclusivamente ao seu amor pelos eleitos, é fácil se desviar em direção a uma bifurcação simples e absoluta: Deus ama os eleitos e odeia os reprováveis. Corretamente posicionada aqui, há uma verdade nesta afirmação; desprovida das verdades bíblicas complementares, esta mesma afirmação gerou o hiper-calvinismo. Eu uso o termo intencionalmente, me referindo a grupos dentro da tradição da Reforma que proibiram a livre oferta do Evangelho. Spurgeon lutou contra eles em seus dias.[10] O número deles não é grande na América hoje, mas seus ecos são encontrados em jovens ministros da Reforma que sabem que é certo oferecer o Evangelho gratuitamente, mas que não fazem idéia de como fazê-lo sem infringir algum elemento em sua concepção da teologia da Reforma.[11]

Se o amor de Deus for explicado inteiramente dentro do tipo de discurso que liga o amor de Deus à nossa obediência (por exemplo, "Conservai a vós mesmos na caridade de Deus"), os perigos que nos ameaçam mudam mais uma vez. Na verdade, em uma igreja caracterizada, antes, mais pela preferência pessoal e pelo antinomismo do que pelo temor piedoso ao Senhor, tais passagens certamente têm algo a nos dizer. Mas separados das declarações bíblicas complementares sobre o amor de Deus, tais textos podem nos fazer retroceder na direção da teologia do mérito, uma irritação incessante sobre se temos ou não sido suficientemente bons hoje para desfrutarmos o amor de Deus para

estarmos livres de todos os acessos de culpa dos quais somente a cruz pode nos libertar.

Em resumo, precisamos de *tudo* o que a Escritura diz sobre este assunto, ou as ramificações doutrinárias e pastorais se mostrarão desastrosas.

(2) Não devemos considerar estas maneiras de falar sobre o amor de Deus, como *amores* independentes e compartimentados. Não será útil começar a falar com muita freqüência sobre o amor providencial de Deus, seu amor eletivo, seu amor intra-Trinitariano, e assim por diante, como se cada um deles estivesse hermeticamente separado do outro. Nem podemos permitir que qualquer uma destas maneiras de falar sobre o amor de Deus seja diminuída pelas outras, mesmo quando não podemos, com as evidências bíblicas, permitir que qualquer delas domestique todas as outras. Deus é Deus, e Ele é um. Não só devemos agradecidamente reconhecer que Deus na perfeição de sua sabedoria achou melhor nos prover com estas várias maneiras de falar de seu amor, se pensarmos nEle corretamente, mas devemos defender estas verdades e aprender a integrá-las em proporção e equilíbrio bíblicos. Devemos aplicá-las à nossa vida e à vida daqueles a quem ministramos com inspiração e sensibilidade formadas pelo modo como estas verdades funcionam nas Escrituras.

(3) Dentro da estrutura estabelecida até agora, bem podemos nos perguntar como certos clichês evangélicos perduram. (a) "O amor de Deus é incondicional". Sem dúvida alguma isto é verdadeiro no quarto sentido, com respeito ao amor eletivo de Deus. Mas isto certamente não é verdadeiro no quinto sentido: A disciplina de Deus aos seus filhos significa que Ele pode vir sobre nós com o equivalente divino da "ira" de um pai sobre um filho adolescente teimoso. Na verdade, citar o clichê "O amor de Deus é incon-

dicional" para um cristão que está se desviando para o pecado, pode transmitir a impressão errada e causar grandes prejuízos. Estes cristãos precisam ser informados de que só permanecerão no amor de Deus se fizerem o que Ele diz. Então, é óbvio que é, pastoralmente, importante saber que passagens e temas aplicar a quais pessoas em qualquer dado momento. (b) "Deus ama a todos exatamente da mesma maneira". Isto certamente é verdadeiro em passagens pertencentes à segunda categoria, o domínio da providência. Afinal, Deus manda o seu raio de sol e a sua chuva sobre o justo e o injusto, igualmente. Mas certamente isto não é verdadeiro em passagens pertencentes à quarta categoria, o domínio da eleição.

Mais um ou dois clichês serão examinados depois nestes capítulos. Porém já fica claro que o que a Bíblia diz sobre o amor de Deus é mais complexo e diverso do que é permitido pelo mero uso de slogans.

Para resumir: A fidelidade cristã vincula a nossa responsabilidade a crescermos em nossa compreensão do que significa confessar que Deus é amor. A este fim dedicamos os próximos capítulos.

2

Deus É Amor



"Deus é amor", João escreve em sua primeira carta (4.8,16). Os escritores bíblicos tratam o amor de Deus como uma coisa maravilhosa, totalmente admirável e digna de louvor, até mesmo de forma surpreendente quando os objetos de seu amor são seres humanos rebeldes. Mas o que a afirmação "Deus é amor" realmente significa?

Poderíamos primeiro perguntar como podemos descobrir. Uma geração mais velha poderia ter procurado responder a pergunta primeiramente através de estudos da palavra, ou seja, seu étimo. Especialmente importante foi a tentativa de investir o grupo de palavras *agapaō* com peso teológico.

Já discuti algumas dessas questões em outros lugares, e não desejo ser repetitivo aqui. Mesmo assim, talvez você não tenha lido o meu livro *Exegese e suas Falácias*,[1] e este ponto que desejo explicar é muito importante, de forma que uma pequena repetição não fará mal.

A. Como Não Proceder

No passado, muitos tentaram atribuir o amor de Deus e, derivativamente, o amor cristão a um grupo de palavras em particular. O tratamento clássico é o de Anders Nygren.[2] O substantivo grego *erōs* (não encontrado no Novo Testamento) refere-se ao amor sexual, o amor erótico; o grupo de palavras *phileō* refere-se ao amor emocional, o amor que envolve amizade e sentimentos. Em contraste, o grupo de palavras *agapaō* refere-se ao amor voluntário, um ato de renúncia pessoal voluntária para o bem de outra pessoa. Não há nenhum componente emocional necessário, embora ele possa ser generoso. Além disso, foi argumentado, o motivo do grupo de palavras *agapaō* ter se tornado extremamente popular na Septuaginta e conseqüentemente no Novo Testamento, é que os escritores na tradição bíblica perceberam que precisavam de alguma expressão que não fossem aquelas que estavam disponíveis no momento para transmitir a gloriosa essência do amor de Deus contido na revelação judaico-cristã; assim eles dispuseram este grupo de palavras, extremamente raro, preenchendo-o com um conteúdo que acabamos de descrever, até triunfar em freqüência como também em essência.

Examinaremos no devido tempo se esta é ou não uma descrição justa do amor divino. O que fica agora bem claro a quase todos aqueles que trabalham nas áreas de linguística e semântica é que tal entendimento do amor não pode ser vinculado, de nenhum modo inequívoco, ao grupo de palavras *agapaō*. Deixem-me listar, rapidamente, as razões mais importantes.

(1) Um cuidadoso trabalho diacrônico foi feito sobre as palavras gregas para amor.[3] Na tradição grega pré-clássica, houve um choque homonímico entre dois verbos - *kyneō* -, "beijar", *e kynō* , "impregnar". Certas formas desses dois

verbos são idênticas, por exemplo, o aoristo *ekysa*. Inevitavelmente, isto deu origem a muitos trocadilhos impuros, que obrigaram o termo *kyneō* a ficar obsoleto, sendo substituído por *phileō* (que é usado, por exemplo, quando Judas beija Jesus, Lc 22.47). Isto significava, naturalmente, que *phileō* poderia ser tomado com o significado de "beijar" ou "amar", que no período Ático estimulou o surgimento de outras palavras para "amar". No final deste período e no início da era helenista, o verbo *agapaō* era um destes verbos, embora ainda não haja nenhuma evidência do substantivo cognato *agapē*. Em outros termos, há excelentes razões diacrônicas em filologia grega para explicar o surgimento do grupo de palavras *agapaō*, de forma que não se deve ir rápido demais em direção à explicações teológicas.

(2) Mesmo dentro da Septuaginta, no Antigo Testamento, está longe de estar claro que o grupo de palavras *agapaō* sempre se refira a alguma forma de amor "mais elevada", mais nobre ou menos emocional. Por exemplo, em 2 Samuel 13 (LXX Septuaginta), Amnom incestuosamente estupra a sua meia-irmã Tamar. Somos informados de que ele a "ama". Sua atitude é um ato criminoso, maldoso, transparentemente sexual, emocional e violento e tanto *agapaō* como *phileō* são usados.

(3) No Evangelho de João, como mencionei no primeiro capítulo, somos informados duas vezes de que o Pai "ama" o Filho (3.35; 5.20). Na primeira vez o verbo é *agapaō*, enquanto, na segunda, é *phileō*. Assim, é impossível detectar qualquer diferença no significado. Com certeza não é que Deus seja mais emocional no segundo caso do que no primeiro. Quando Paulo escreve que Demas o abandonou porque "amava" este mundo maligno presente ["amando o presente século"] (2 Tm 4.10), o verbo que o apóstolo escolhe é *agapaō* uma escolha incongruente se ela se refere à renúncia pessoal voluntária por causa de outra coisa.

(4) Ocasionalmente alguém argumenta que uma distinção deve ser mantida entre os dois verbos porque, embora possam ser sinônimos em muitas ocorrências, há inevitavelmente uma pequena saliência semântica , isto é, um ou outro será usado em ocasiões onde a outra forma não poderia ser usada. Como já vimos, *phileō* pode significar "beijar"; mas *agapaō* nunca tem este significado. Beijar faz parte da ligação semântica de *phileō*. Isto significa que em qualquer contexto há sempre uma distinção sutil a ser feita entre os dois verbos, visto que o alcance semântico total dos dois não é o mesmo em cada caso. Mas embora este seja um argumento válido para o significado *léxico* dos dois verbos, ele não tem nenhuma relação com qualquer passagem concreta. Isto deve recair na armadilha que os lingüistas chamam de "transferência de totalidade ilegítima" a importação ilegítima de *toda* a extensão semântica de uma palavra para uma outra em um contexto específico.

(5) O melhor exemplo do nosso idioma é simplesmente o verbo *amar*. Pode-se usá-lo para a relação sexual, para o amor platônico, para o amor emocional, para o amor de Deus e outros. O contexto define e delimita a palavra, precisamente como faz com os verbos relacionados ao termo *amor* nas páginas das Escrituras Sagradas.

(6) No que diz respeito ao amor cristão, observa-se que em 1 Coríntios 13 *agapē* não pode ser reduzido a um altruísmo voluntário. Até mesmo os crentes que dão os seus corpos para serem queimados ou que dão tudo o que possuem para alimentar os pobres sendo ambos atos voluntários de renúncia pessoal por amor aos outros podem fazê-lo *sem* amor; e, de acordo com o apóstolo, desta forma não haverá nenhum proveito. O mínimo que se deve concluir a partir disso é que o amor cristão não pode ser reduzido a um altruísmo voluntário.

(7) Embora eu jamais tenha identificado em detalhes, suspeito que a herança de entender *agapaō* referindo-se a um amor voluntário independente de emoção e comprometido com o bem dos outros, foi influenciada pelos estudiosos e outros teólogos filosóficos de uma era do passado, que negavam a existência de sentimentos em Deus. Ter sentimentos, eles argumentavam, implicaria passividade, isto é, uma suscetibilidade a impressão de pessoas ou eventos fora de si mesmo, e isto certamente é incompatível com a própria natureza de Deus. Desse modo, o amor de Deus deve ser fundamentalmente diferente do nosso. O único ponto de similaridade entre o amor de Deus e o nosso amor, eles argumentavam, é a auto-comunicação; não é emoção ou sentimento. Evidências contrárias encontradas na Bíblia (e há muitas evidências!) devem então ser marginalizadas e dispensadas como *antropopatismo*[4] (o contraponto emocional ao *antropomorfismo*).[5] Há mais de um século, Charles Hodge respondeu:

> Aqui novamente temos que escolher entre uma mera especulação filosófica e o claro testemunho da Bíblia, e da nossa própria natureza moral e religiosa. O amor envolve, necessariamente, sentimentos; e se não houver sentimentos em Deus, não poderá haver amor... A objeção filosófica a se atribuir sentimentos a Deus então combate... com força igual, contra a atribuição a Ele de conhecimento ou vontade. Se esta objeção for válida, Ele se torna para nós simplesmente uma causa desconhecida, aquilo que os homens que estudam a ciência chamam de força; algo a que todo fenômeno deve ser referido, mas do qual nada sabemos. Devemos nos unir à verdade em sua forma bíblica, ou a perderemos completamente. Deve-

> mos crer que Deus é amor no sentido de que esta palavra alcança o coração de cada homem. As Escrituras não zombam de nós quando dizem, "Como um pai se compadece de seus filhos, assim o Senhor se compadece daqueles que o temem" (Sl 103.13).[6]

Talvez possamos usar argumentos caprichosos diante da antiga redação das palavras de Hodge, mas o seu ponto está muito bem explicado. Consideraremos o propósito de tudo isso sobre a doutrina da impassibilidade no próximo capítulo. O meu ponto principal aqui é que não podemos começar a compreender a fundo a natureza do amor de Deus através de nada mais penetrante do que os estudos de palavras metodologicamente defeituosas.

B. Como Proceder: O Texto no Contexto

O que devemos fazer é estudar passagens com grande respeito por seus contextos, e temas na Bíblia com grande atenção dedicada ao seu lugar no drama revelador da redenção. O problema neste caso é, naturalmente, que há, tanto passagens como temas que falam do amor de Deus, e um tratamento inadequado pode passar da não sua superfície, por serem assuntos muito profundos. É como se só conseguíssemos arranhar a superfície. Mas uma superfície arranhada é pelo menos um começo, então farei um arranhão e examinarei uma passagem que nos dê um vislumbre do amor intra-Trinitariano de Deus e ofereça algumas reflexões rudimentares sobre a contribuição desta passagem para o tema central deste livro.

A passagem que tenho em mente é João 5.16-30. Seguir o fluxo de pensamento revela uma extraordinária inspiração sobre a relação entre o Pai e o Filho. Esta é uma de duas

passagens neste Evangelho onde o apóstolo declara que o Pai ama o Filho.

Jesus acabou de curar o paralítico no tanque. Ele então instrui o homem a apanhar a sua cama e andar (5.8). O ex-paralítico, agora curado, obedece e mete-se em dificuldades com as autoridades que o acusam de violar as leis do sábado. Tentando oferecer clareza para a proibição de Moisés de trabalhar no sábado, estudiosos judeus tinham desenvolvido vários *halakhoth* (regras de conduta), incluindo a proibição de carregar qualquer carga fora de seu domicílio e de carregar qualquer volume mais alto que os seus ombros, mesmo em seu domicílio. Tais regras se tornaram aquilo que significa não trabalhar no sábado. Quando o homem desvia a atenção de si mesmo responsabilizando Jesus (5.11), a desaprovação oficial se volta contra o Mestre, porque Ele "fazia essas coisas no sábado" (5.16). Se "essas coisas" se referem especificamente à cura ou ao conselho que havia encorajado um outro homem a se ocupar de uma categoria proibida de trabalho, ou mais provavelmente a ambos, pouco importa.

Jesus poderia ter respondido se envolvendo em uma disputa teológica sobre o *halakhoth*. Cristo também tinha conhecimento para salientar que a lei de Moisés não era tão específica; que Ele mesmo certamente não era um médico tentando ganhar um dinheiro extra, trabalhando depois do horário no sábado, executando procedimentos medicinais que poderiam ter esperado até o dia seguinte; que o homem curado não era um trabalhador conseguindo uma renda a mais, carregando uma cama no sábado. Qualquer destas respostas teria passado por um pesado debate, mas não por uma acusação de blasfêmia. Em vez disso, Jesus evita todos esses argumentos e autoriza a sua própria atividade no sábado, dizendo, "Meu Pai trabalha até agora, e eu trabalho também" (5.17).

Duas características básicas devem ser entendidas a fim de compreender as implicações de sua reivindicação.

(1) "Filiação" é, com muita freqüência, uma categoria funcional na Bíblia. Por causa da maioria esmagadora de filhos que terminam profissionalmente fazendo o que os seus pais faziam, "tal pai, tal filho" era a suposição cultural. Jesus presume isso nas Bem-aventuranças: "Bem-aventurados os pacificadores, porque eles serão chamados *filhos de Deus*" (Mt 5.9). A idéia é que Deus é o supremo Pacificador, e assim todo pacificador é, neste aspecto, identificado com Deus, e neste ponto "filho" do Altíssimo. Este também é o pensamento que está por trás destes nomes tais como "filho de Belial [indignidade]" e "filho de encorajamento". A suposição cultural que não está clara é que o homem em questão ou é tão inútil ou tão encorajador que o seu pai deve ter sido, respectivamente, indigno ou encorajador. Assim, quando Jesus afirma que o seu "Pai trabalha até agora", está implicitamente afirmando ser o Filho de Deus, com o direito de seguir o padrão de trabalho que o próprio Deus estabelece a esse respeito.

(2) As autoridades judaicas do primeiro século entraram em disputas teológicas sustentadas, em que questionavam se Deus guardava o sábado. Um lado disse que Ele guardava; o outro negou, argumentando que se Deus cessasse todas as suas obras no sábado, as suas ações de providência pariam, e o universo entraria em colapso. Mas o primeiro lado parece ter sido a opinião dominante. Eles, por sua vez, argumentaram que, como todo o universo é o domicílio de Deus, e visto que Ele é muito maior do que qualquer coisa no cosmo, jamais poderia ser dito que Ele levantou algo acima de seus ombros. Portanto, Ele nunca executa qual-

quer obra no sábado que viole o *halakhoth*, e, assim, Deus também guarda o sábado. Isto significa, naturalmente, que Deus "trabalha" mesmo no sábado (e assim a sua ordem providencial é mantida), mas que Ele não "trabalha" de modo a violar o sábado. Devido à natureza do caso, este tipo de brecha só poderia mesmo ser aplicada ao Senhor.

No entanto, aqui está Jesus, reivindicando o direito de trabalhar no sábado *porque Deus é seu Pai*, e, implicitamente, Ele é o Filho que segue os passos de seu Pai nesse aspecto. O ponto é que embora alguém possa ser chamado de um filho de Deus por ser um pacificador, os mortais comuns não podem ser corretamente chamados de filhos de Deus *em todos os aspectos*, uma vez que eles não imitam ao Todo-Poderoso em todos os aspectos. Eu não criei um universo recentemente; certamente não sou um filho de Deus em termos de *creatio ex nihilo*.[7] Os judeus reconheceram que a brecha que se aplicava a Deus, trabalhando no sábado, estava ligada à transcendência do Todo-Poderoso e servia somente para Ele. A atitude do Senhor Jesus ao justificar o seu próprio trabalho no sábado, apelando para o fato de Deus ser o seu Pai, era, para aqueles judeus, uma extraordinária reivindicação. Agora Ele não só estava violando o sábado, os judeus argumentaram, "mas também dizia que Deus era seu próprio Pai, fazendo-se igual a Deus" (Jo 5.18).

Eles estavam certos, naturalmente, mas também ligeiramente enganados. Provavelmente pensavam em Jesus se colocando em paralelo com Deus, como se Ele fosse um outro Deus-central. Implicitamente, a acusação foi blasfêmia, e a construção foi diteísmo.[8] Em sua reposta, nos versículos seguintes, Jesus fornece as matérias-primas que preservam a sua igualdade com Deus, embora nunca sancionando o diteísmo. Em resumo, Ele assevera o princípio basilar do monoteísmo *cristão*. Pelo caminho, o Mestre diz

algumas coisas extraordinariamente importantes sobre o amor de Deus. Não podemos aqui aproveitar o tempo para seguir o seu argumento em detalhes, mas podemos passar pelo texto identificando os seguintes pontos:

a. Jesus nega que esteja se equiparando a Deus como uma alternativa ao Pai. Longe disso: Jesus é inteiramente dependente do Pai e subordinado a Ele embora venha a ser uma espantosa subordinação. Por um lado: "Na verdade, na verdade vos digo que o Filho por si mesmo não pode fazer coisa alguma, se o não vir fazer ao Pai" (Jo 5.19a). Portanto, Ele nunca ameaça o Pai com competição, apresentando-se como uma alternativa divina. Por outro lado, Ele pode fazer *somente* o que vê o seu Pai fazer, "porque *tudo quanto Ele faz*, o Filho o faz igualmente" (Jo 5.19b). Aqui está uma reivindicação de divindade muito sutil. Uma coisa é afirmar ser como Deus em um papel de pacificador; outra coisa é afirmar fazer *tudo* o que o Pai faz. Na verdade, considere seriamente a ligação entre as duas orações, e você verá que Jesus realmente baseia a sua subordinação funcional em sua reivindicação à ação *co-extensiva* com o seu Pai. Ele pode fazer apenas o que vê o Pai fazendo (subordinação) *porque* (*gar*) Ele faz tudo o que o Pai faz (ação co-extensiva). Isto torna a sua filiação única.

b. O versículo seguinte (Jo 5.20) nos diz *por que* o filho faz tudo o que o Pai faz. Somos informados de que tudo quanto o Pai faz, o Filho faz igualmente (5.19b), *porque* (gar, 5.20) o Pai ama o Filho e lhe mostra tudo o que faz. Aqui, o modelo pré-industrial da aldeia agrária ou a oficina do artífice são pressupostos, com um pai cuidadosamente mostrando ao seu filho tudo o que faz, para que a tradição da família seja preservada. O exemplo ilustra o ponto:

Stradivarius Pai mostra ao Stradivarius Filho tudo o que há para se saber sobre violinos a escolha da madeira, as proporções exatas, os cortes, a cola, como adicionar precisamente a quantidade de arsênico para o verniz, e assim por diante. Stradivarius Pai faz isto porque ama Stradivarius Filho. O mesmo ocorre aqui: Jesus é tão única e incondicionalmente o Filho de Deus, que o Pai lhe mostra *tudo* o que faz *por puro amor a Ele*; e o Filho, embora dependente de seu Pai, faz *tudo* que o Pai faz.

c. Dentro da estrutura da teologia de João, existem dois vínculos imensamente importantes. *Primeiro*, o Filho por sua obediência a seu Pai, fazendo *apenas* o que Deus lhe dá para fazer e dizendo *apenas* o que Deus lhe dá para dizer, embora fazendo tais coisas em função de sua habilidade para fazer *tudo* o que o Pai faz, o Filho esteja agindo de um modo que revela Deus Pai perfeitamente. Em outras palavras, se o Filho às vezes agisse alinhado com o Pai, e agisse por conta própria em outras ocasiões, não seríamos capazes de dizer quais ações e palavras de Jesus revelariam Deus. Mas é precisamente a sua obediência incondicional e a sua dependência de seu Pai que garantem que a sua revelação a nós é perfeita. Longe de ameaçar as perfeições do Filho, ou de colocar em perigo a sua revelação de Deus a nós, a sua subordinação funcional garante as suas perfeições e estabelece a sua revelação. *Segundo*, esta maravilhosa auto-revelação do Pai no Filho não significa, em última análise, o amor de Deus por nós, mas o amor do Pai pelo seu único Filho. É *devido ao fato do Pai amar o Filho* que este padrão da auto-revelação divina é pertinente.

Pensamos rápido demais em nossa salvação, quase que exclusivamente com respeito à sua relação conosco. Certamente há um terreno infinito para se maravilhar no amor

do Pai por nós, e no amor de Jesus por nós. (Voltaremos a estes temas no momento apropriado). Mas o fato de Deus Pai expor as coisas da forma mais básica possível, faz com que possamos entender o amor do Pai pelo Filho. Por causa do amor do Pai pelo Filho, o Pai determinou que tudo devesse honrar o Filho assim como se honra o Pai (Jo 5.23). Na verdade, este amor do Pai pelo Filho é o que faz sentido em João 3.16. É verdade, "Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu Filho Unigênito" ali o objeto do amor de Deus é o mundo. Mas o padrão que nos diz exatamente como este amor é grande, já foi estabelecido. Qual é a sua medida? Deus amou o mundo de tal maneira *que deu o seu Filho.* Em Romanos 8.32 o raciocínio de Paulo é similar: Se Deus não poupou o *seu Filho,* como nos não dará também com Ele todas as coisas? O argumento só é irrefutável porque o relacionamento entre o Pai e o Filho é o padrão para todos os outros relacionamentos de amor.

d. Antes de insistir no fluxo do argumento nesta passagem, este é o lugar para refletir também sobre o amor do Filho por seu Pai. Este tema não surge aqui abertamente, mas aparece em outra passagem no Evangelho de João. Devido ao fato do Filho sempre fazer as coisas que O agrade, o Pai não o deixou só (8.29). Na verdade, a perfeição da obediência do Filho (Ele sempre faz o que o Pai manda, 14.31) é baseada em seu amor pelo Pai (14.31).

e. O apóstolo do amor nos informa que o Pai ama o Filho, um amor manifestado pelo Pai ao mostrar ao Filho tudo o que faz (5.20a). Na verdade, o Pai mostrará ao Filho "maiores obras do que estas [o termo "estas" referindo-se, supostamente, às coisas que Jesus já havia feito]. *Pois assim como o Pai ressuscita os mortos e os vivifica,*

assim também o Filho vivifica "aqueles que quer" (5.20b,21). Matar e fazer viver é uma prerrogativa exclusiva de Deus. No passado, o Senhor ocasionalmente usou agentes humanos na ressurreição de alguém (por exemplo, Elias). Jesus é diferente. Devido ao fato do Pai ter-lhe "mostrado" isto, o Mestre ressuscita os mortos como bem quer, assim como o Pai faz.

Seria teologicamente proveitoso buscar a linha de argumento no texto por todo o trecho até o versículo 30. Mas embora isto nos dissesse mais sobre a natureza da Divindade, não desenvolveria grandemente o nosso entendimento do amor de Deus na Divindade. Assim devo concluir esta discussão com duas observações.

C. Algumas Reflexões Sintéticas Conclusivas

Primeiro, às vezes tem sido argumentado que o rótulo "o Filho" é corretamente ligado apenas ao Verbo encarnado, e não ao Verbo em sua glória pré-encarnada.[9] Este ponto de vista tem, às vezes, buscado o apoio desta passagem. Parece haver progresso no tempo quando o Pai "mostra" coisas para "o Filho", ou seja, mostrando-lhe a ressurreição além de outros mistérios e isto certamente significa que tudo o que é "mostrado" ao Filho está ligado ao seu estado encarnacional.

Entretanto: (1) A mesma passagem argumenta que o Filho faz *tudo* o que o Pai faz. Se este "tudo" for completo, inclui a criação, que liga o seu Filho ao Verbo que é o agente de Deus na criação (João 1.2,3). Se este for o caso, além do Pai "mostrar" ao Filho as coisas na eternidade passada (daí a participação do Filho na criação), o Pai também lhe "mostrou" coisas, passo a passo, em seu estado encarnado. Isto serviu como uma indicação precisa para aquilo que Jesus,

nos dias de sua carne, realmente fez, e na determinação do momento em que o faria.

(2) A leitura óbvia de textos tais como João 3.17 ("Porque Deus enviou o seu Filho ao mundo não para que condenasse o mundo, mas para que o mundo fosse salvo por Ele") é que a pessoa enviada foi o Filho quando o Pai o enviou. É verdade que tal linguagem poderia ser plausivelmente anacrônica. Se eu disser, "Minha esposa nasceu na Inglaterra há várias décadas atrás", não estarei sugerindo que ela já fosse a minha esposa quando nasceu. Já ouvi falar de roubar o berço, mas isso é ridículo. Porém, tais exceções são normalmente claras a partir do contexto. Em um livro que já apresentou a pré-existência do Verbo (1.1, 14), a leitura natural de 3.17 é que "o Filho" é uma nomenclatura alternativa para este Verbo, e não que isto seja apenas um rótulo para a sua existência encarnada.

(3) Se eu tivesse tempo, acho que poderia demonstrar de forma muito plausível que João 5.26 é expresso como uma concessão *eterna* do Pai ao Filho, que inerentemente transcende o tempo, e estende a filiação de Jesus até a eternidade passada. Quando o texto diz que o Pai tem a "vida em si mesmo", o entendimento mais natural onde o sujeito é Deus, é que isto se refira à auto-existência de Deus. Ele não depende de nada e de ninguém: pois tem a "vida em si mesmo".

Então somos informados de que Deus, que tem a "vida em si mesmo", "deu também ao Filho a característica de ter a vida em si mesmo". Isto é conceitualmente muito mais difícil. Se o texto dissesse que o Pai, que tem a "vida em si mesmo", tivesse dado a vida ao Filho, não haveria nenhuma dificuldade conceitual, mas naturalmente o Filho seria

então um ser inteiramente secundário e derivativo. Aquilo que posteriormente se tornaria a doutrina da Trindade seria excluída.

Alternativamente, se o texto dissesse que o Pai tem a "vida em si mesmo", e que, da mesma forma, o Filho tem a "vida em si mesmo", não haveria nenhuma dificuldade conceitual, mas seria muito mais difícil excluir o diteísmo. Na verdade, o que o texto diz é que o Pai tem a "vida em si mesmo", e que Ele *deu* ao Filho a característica de ter a "vida em si mesmo". A expressão "vida em si mesmo" realmente deve significar a mesma coisa em ambas as partes do versículo. Mas como essa "vida em si mesmo", a vida da auto-existência, pode ser dada por alguém?

A antiga explicação ainda me parece a melhor: essa é uma concessão eterna. Portanto nunca houve um momento em que o Filho não tenha tido a "vida em si mesmo". Esta concessão eterna estabelece a natureza do eterno relacionamento entre o Pai e o Filho. Mas se isto está correto, uma vez que o Pai e o Filho sempre estiveram nesse relacionamento, a filiação de Jesus não está restrita aos dias da sua carne.

(4) Há textos em que Jesus se dirige a Deus como Pai (e assim implicitamente se considera o Filho) em termos de experiência compartilhada na eternidade passada (notavelmente João 17.5: "Glorifica-me tu, ó *Pai*, junto de ti mesmo, com aquela glória que tinha contigo *antes que o mundo existisse*").

Segue-se, então, que o amor do Pai pelo Filho, e o amor do Filho pelo Pai, que até aqui temos considerado, não pode estar restrito ao relacionamento peculiar que havia a partir da Encarnação, mas é intrinsecamente intra-Trinitariano.

O que temos, então, é um retrato de Deus cujo amor, mesmo na eternidade passada, mesmo antes da criação de

qualquer coisa, é orientado pelo outro. Isto não pode ser dito (por exemplo) de "Alá". Contudo, devido ao fato de o Deus da Bíblia ser um, esta pluralidade na unidade não destrói o seu foco pessoal inteiramente apropriado como Deus. Será abordado no último capítulo, o fato de que, por Ele ser Deus, é, portanto, o centro de tudo. Admitir que Ele seja alguma outra coisa que não o centro de tudo, que merece ser adorado e venerado, rebaixaria a sua própria Divindade. Ele é o Deus que, de forma inteiramente correta, não dá a sua glória a outrem (Is 42.8).

Se isto fosse tudo o que a Bíblia revela a respeito de Deus, iríamos ler em suas páginas a respeito de um Deus de justiça impecável. Mas e quanto ao amor? Diz-se que o amor de "Alá" é providencial; como vimos no primeiro capítulo, esta é uma das maneiras como a Bíblia fala a respeito de Deus. Mas aqui há mais: na eternidade passada, o Pai amava o Filho, e o Filho amava o Pai. *Sempre* houve uma orientação ao outro no amor de Deus. Todas as manifestações do amor de Deus surgem a partir desta realidade mais profunda e mais fundamental: o amor está ligado à própria natureza de Deus, pois, Deus é amor.

Segundo, marque bem a *distinção* entre o amor do Pai pelo Filho, e o amor do Filho pelo Pai. O Pai ordena, envia, diz, comissiona e demonstra o seu amor pelo Filho "mostrando" tudo a Ele, de forma que o Filho faz tudo o que o Pai faz. O Filho obedece, diz apenas o que o Pai lhe concede para falar, faz apenas o que o Pai lhe concede que faça, entra no mundo como o Enviado e demonstra o seu amor pelo Pai precisamente através desta obediência. Nem uma vez há qualquer sugestão de que o Filho comissione o Pai, nem que o Pai o obedeça. Nem uma vez há uma sugestão de que o Pai se submeta ao Filho ou que dependa dEle para as suas próprias palavras e ações. Historicamente, os cris-

tãos, evitando a armadilha do arianismo[10] insistiram que o Filho é igual a Deus em substância ou essência, mas que há uma subordinação econômica ou funcional do Filho ao Pai.[11]

O que é interessante para nós e, para o tópico que estamos analisando, é a maneira como o texto distingue como o amor do Pai pelo Filho é manifestado e, semelhantemente, como o amor do Filho pelo Pai é exteriorizado e então como esse amor promove funções quando linhas são traçadas revelando os elementos da conduta e da experiência cristã. Estas coisas funcionam de várias maneiras; porém só há espaço para refletir uma delas.

Em João 15, Jesus diz aos seus discípulos, "Como o Pai me amou, eu também vos amei a vós" (15.9). Assim mudamos do amor intra-Trinitariano do Pai pelo Filho, para o amor do Filho pelo seu povo redimido. Jesus desse modo se torna o mediador do amor de seu Pai. Recebendo amor, Ele assim amou. Então, acrescenta, "Permanecei no meu amor. Se guardardes os meus mandamentos, permanecereis no meu amor, do mesmo modo que eu tenho guardado os mandamentos de meu Pai e permaneço no seu amor" (15.9b-10).

Reflita sobre o paralelismo. A perfeição da obediência de Jesus na Divindade a qual acabamos de ser informados que é a marca do amor do Filho pelo seu Pai (14.31) é precisamente o que significa para o Filho eterno permanecer no amor que o Pai tem por Ele. Esta é uma questão *relacional* (isto é, o Pai e o Filho estão relacionados um com o outro desta forma), mas também é uma questão *constitucional* (isto é, esta é a maneira como o Deus Todo-poderoso é constituído). Este padrão de amor, tanto relacional como constitucional, no próprio ser de Deus, se torna, de acordo com Jesus, o modelo e o incentivo da nossa relação com o Mestre. Se *nós* o amarmos, o obedeceremos (14.15); se o obedecermos, aqui, permaneceremos no seu amor. E desse modo a nossa

relação com Jesus espelha a relação de Jesus com o seu Pai celestial que é naturalmente um dos temas principais em João 17.

Então a passagem explicitamente volta ao assunto de João 5, que estávamos analisando. Jesus diz: "Vós sereis meus amigos, se fizerdes o que eu vos mando. Já vos não chamareis servos, porque o servo não sabe o que faz o seu senhor, mas tenho-vos chamado amigos, *porque tudo quanto ouvi de meu Pai vos tenho feito conhecer*" (15.14,15).

Observe que Jesus faz distinção entre escravos (douloi; não "servos") e amigos. Mas o contraste inicialmente nos surpreende. Somos *amigos* de Jesus se fizermos o que Ele manda. Isto soa antes como uma definição de um escravo. Certamente tal amizade não é recíproca. Eu não posso me voltar para Jesus e agradecer-lhe por sua amizade e lhe dizer que Ele também é meu amigo, se Ele fizer tudo o que eu mandar. Estranho dizer, nenhuma vez Jesus ou Deus é descrito na Bíblia como nosso amigo. Abraão é amigo de Deus; o contrário nunca é afirmado.

Naturalmente, sob certo sentido, Jesus é o melhor amigo que um pobre pecador já teve. Entretanto, esta não é a terminologia das Escrituras. A Bíblia se mostra relutante em descer ao tipo de intimidade barata que traz Deus ou Jesus até o nosso nível. Neste contexto, qual é então a diferença que Jesus está esboçando entre escravo e amigo? A *nossa* cultura ensina que o escravo obedece, e o amigo pode obedecer ou não; porém está bastante claro que esta não é uma distinção que Jesus tenha em mente.

Ele diz que somos seus amigos, porque Ele nos fez conhecer tudo quanto aprendeu de seu Pai. Um coronel do exército diz a um soldado para ir buscar um carro hummer. Se um soldado disser que fará isso somente se o coronel lhe disser exatamente o motivo, e lhe der permissão para usá-

lo para dar um passeio enquanto o coronel estiver no quartel general, este soldado estará pedindo para passar cerca de seis meses na prisão. Mas suponha que o coronel seja um amigo da família do soldado há muitos anos e tenha visto o jovem crescer. Ele pode dizer ao soldado, "Jim, vá buscar o hummer, por favor. Eu preciso que você me leve até o quartel general. Vou ficar lá por cerca de duas horas. Você pode usar o veículo neste intervalo, contanto que esteja de volta para me apanhar às 4 horas da tarde". Neste caso, naturalmente, o soldado é solicitado a obedecer ao coronel da mesma forma. A diferença que vem da amizade, é que a informação completa foi transmitida. É uma diferença de informação, uma diferença de revelação, não uma diferença de obediência.

O povo de Deus não é mais escravo. Neste ponto da história da redenção, a plenitude da revelação de Deus chegou a nós no Filho que foi perfeitamente obediente, e que assim revelou a Deus perfeitamente. *Não* somos *mais* escravos (um marcador da história da redenção), mas amigos. E o que trouxe esta mudança é que na plenitude dos tempos Deus *enviou* o seu Filho ao mundo, e o Filho *obedeceu*; que o Pai, *amando* o Filho, determinou que todos deveriam honrar o Filho da mesma forma que honravam o Pai. E assim Pai e Filho, em perfeita harmonia de planos e visão, na época determinada pelo Pai, desempenharam os seus papéis o Pai enviando, comissionando, "mostrando", e o Filho vindo, ensinando, revelando o que lhe havia sido "mostrado", e, com toda a obediência, indo para a cruz. E nós, os herdeiros da Nova Aliança, somos imensamente privilegiados em sermos admitidos neste plano estupendo. Somos os amigos de Deus.

Somos os amigos de Deus em virtude do amor intra-Trinitariano de Deus que operou na plenitude dos tempos.

O plano da redenção, concebido na mente de Deus na eternidade passada, manifestou-se em nossa história de espaço-tempo exatamente no momento certo. Quando o tempo tinha chegado plenamente, como Paulo expressa, Deus enviou o seu Filho (Gl 4.4). E temos sido incalculavelmente privilegiados, não só por termos sido salvos pelo amor de Deus, mas por este amor ter sido mostrado a nós, por termos sido informados a seu respeito, e por termos sido admitidos nos pensamentos de Deus. Deus é amor; e nós somos os amigos de Deus.

3

O Amor e a Soberania de Deus



Deixe-me resumir. No primeiro capítulo esbocei alguns fatores que tornam a doutrina do amor de Deus uma coisa difícil de se falar. Alguns deles são culturais; outros estão ligados ao desafio de tentar integrar as muitas coisas variadas e complementares que a Bíblia diz a respeito do amor de Deus. Além disso, com que este amor se parece em um Deus que é onipotente, onisciente, soberano e transcendente (isto é, que está acima do espaço e do tempo)? Então esbocei de modo breve cinco maneiras diferentes de como a Bíblia fala do amor de Deus seu amor intra-Trinitariano, seu amor providencial, seu amor desejoso e salvador que pleiteia com os pecadores, seu amor eletivo, e seu amor condicional e indiquei o que poderia dar errado se qualquer um deles fosse considerado absoluto.

No segundo capítulo refletimos um pouco sobre alguns textos que revelam o amor intra-Trinitariano de Deus, e analisamos algumas das suas implicações.

Aqui o foco será o amor de Deus pelos seres humanos, mas especialmente em relação à sua própria transcendência e soberania. Para organizar o material, tentarei estabelecer três pontos.

A. O Elemento Afetivo no Amor de Deus

Já refletimos um pouco sobre as tentativas de privar o amor de Deus do conteúdo efetivo e de fazê-lo não mais que um compromisso voluntário para o bem dos outros. A filologia não apóia este ponto de vista; nem 1 Coríntios 13, onde o apóstolo insiste que é impossível colocar em prática o altruísmo mais estupendo sem que haja amor. Entretanto, vale a pena fazer uma pausa para ouvir alguns textos específicos onde o elemento vibrante e efetivo no amor de Deus é quase incontestável.

Uma das passagens mais admiráveis é Oséias 11. Naturalmente, toda a profecia de Oséias é um retrato espantoso do amor de Deus. O Deus Todo-Poderoso é comparado a um marido traído e enganado. Mas a intensidade da paixão de Deus pela nação da aliança chega a um clímax em Oséias 11. "Quando Israel era menino", Deus declara, "eu o amei; e do Egito chamei a meu filho" (11.1). O Êxodo, assim, marca a origem deste relacionamento de aliança.

Infelizmente, quanto mais Deus chamava Israel, mais o povo se distanciava. Deus era aquEle que se preocupava com eles, que os tinha ensinado a andar, e os tinha curado. Ele era aquEle que "os atraiu com cordas humanas, com cordas de amor" (11.4). Contudo, eles não o reconheceram. Antes, sacrificavam a baalins e amavam a idolatria. Então Deus promete o juízo. Eles retornarão ao "Egito" e à Assíria, isto é, para o cativeiro e servidão, "porque recusam converter-se" (11.5). Suas cidades serão destruídas (11.6). "Porque

o meu povo é inclinado a desviar-se de mim; bem que clamam ao Altíssimo, nenhum deles o exalta" (11.7). Desse modo, é como se um juízo implacável fosse pronunciado.

Mas então é quase como se Deus não pudesse suportar este pensamento. Em uma agonia de elevada intensidade emocional, Deus clama (11.8-11):

> "Como te deixaria, ó Efraim?
> Como te entregaria, ó Israel?...
> Por-te-ia como Zeboim?
> Está mudado em mim o meu coração,
> todos os meus pesares juntamente estão acesos.
> Não executarei o furor da minha ira;
> não voltarei para destruir Efraim.
> Porque eu sou Deus e não homem,
> o Santo no meio de ti.
> Eu não entrarei na cidade.
> Andarão após o Senhor;
> Ele bramará como leão;
> Bramando Ele,
> os filhos do Ocidente tremerão.
> Tremendo, virão,
> como um passarinho, os do Egito,
> e, como uma pomba,
> os da terra da Assíria.
> E os farei habitar em suas casas,
> *diz o Senhor."*

A passagem como um todo significa que o juízo iminente prometido não será a última palavra. O exílio será seguido pelo retorno. Em todo o contexto, quando Deus declara que o seu coração está mudado dentro de si, e todos os seus pesares estão acesos, não quer dizer que mudou de idéia e

que Israel será poupado do castigo que Ele decretou alguns versículos antes. Antes isto significa que qualquer ameaça de longo prazo de juízo permanente deve ser colocada de lado. Deus os trará de volta do Egito e da Assíria.

Em certo nível, esta é uma passagem comum entre os profetas pré-exílios. Mas é a intensidade emocional desta passagem que chama a atenção. No entanto, não devemos ficar surpresos. Deus se revela repetidamente como um Deus ciumento (como no Decálogo), o Deus que é abundante em "amor e fidelidade" este glorioso par de palavras constantemente repetidas no Antigo Testamento, e entoadas a Moisés quando ele se escondeu em uma fenda da rocha até que tivesse a permissão para dar uma olhadela e vislumbrar, de relance, algo do reflexo do esplendor da glória de Deus (Êx 33.17-23; 34.6). Deus se entristece (Sl 78.40; Ef 4.30); Ele se alegra (Is 62.5); a sua ira arde contra os que se posicionam como seus inimigos (Êx 32.10); Ele sente compaixão (Sl 103.13). E como já vimos, Ele ama certa e felizmente, com um amor que dura para sempre (Is 54.8; Sl 103.17).

Ainda podemos olhar para o amor de Deus a partir de uma outra perspectiva. Em passagens como 1 João 4.7-11, os crentes são exortados a amar uns aos outros, uma vez que amar é algo proveniente de Deus; pois na verdade, Deus é amor. O ponto alto na demonstração do amor de Deus está no fato de Ele ter enviado o seu Filho como o "sacrifício de expiação" pelos nossos pecados. "Amados", João conclui, "se Deus assim nos amou, também nós devemos amar uns aos outros" (4.11). Você enxerga o ponto principal? Sejam quais forem os elementos distintivos no amor de Deus, a mesma palavra é usada para o amor de Deus e para o amor cristão. E o amor de Deus é tanto o modelo quanto o incentivo do nosso amor. Sem dúvida alguma o

amor de Deus é incomensuravelmente mais rico do que o nosso, em maneiras ainda inexploradas, mas que pertencem ao mesmo gênero; caso contrário, os paralelismos não poderiam ser extraídos.

Muitas tradições cristãs afirmam a impassibilidade de Deus. A Confissão de Fé de Westminster declara que Deus "não tem... paixões". Se isto for tomado para significar que Deus não possui emoções, isto é profundamente anti-bíblico e deve ser repudiado. Mas a discussão mais instruída sobre impassibilidade nunca é tão simplista. Embora Aristóteles possa exercer mais do que uma pequena influência provavelmente não reconhecida sobre aqueles que defendem a impassibilidade, em sua melhor impassibilidade, o filósofo grego está tentando evitar um retrato de um Deus que é mutável, dado a mudanças de temperamento e dependente de suas criaturas. As *nossas* paixões moldam a nossa direção e freqüentemente controlam a nossa vontade. O que diremos a respeito de Deus?

Isto nos leva ao segundo ponto.

B. A Soberania e a Transcendência de Deus

Aqui será útil organizar o que desejo dizer em cinco partes. Inicialmente você terá que aceitar a minha palavra de que isto não é uma divagação, mas algo altamente relevante para as nossas reflexões sobre o amor de Deus. Muito do que eu digo nos próximos poucos parágrafos não é mais do que uma revisão pontual. Mas ela é essencial para o que se seguirá.

(1) Deus é totalmente soberano (Ele é tanto onipotente como onisciente), e Ele é transcendente (em outras palavras, Ele existe em si mesmo, e através de si mesmo, acima do

tempo e do espaço, isto é, acima da ordem criada com as suas limitações intrínsecas). Deus é onipotente, ou seja, Ele é capaz de fazer qualquer coisa que deseje fazer. Nada é difícil demais para Ele (Jr 32.17); Ele é o Todo-Poderoso (2 Co 6.18; Ap 1.8). Jesus insiste que com Deus todas as coisas são possíveis (Mt 19.26). A sua soberania se estende aos movimentos poderosos das estrelas em suas órbitas, na queda de um pardal, na contagem exata dos fios de cabelo da minha cabeça. Eclesiastes mostra que os antigos conheciam o ciclo da água, mas mesmo assim os escritores bíblicos preferiram dizer que Deus manda a chuva. Ele não é o Deus distante patrocinado pelo deísmo. O Filho exaltado sustenta todas as coisas por sua palavra poderosa (Hb 1.3); na verdade, Ele "faz todas as coisas segundo o conselho da sua vontade" (Ef 1.11). Este controle se estende tanto aos seres conscientes como aos objetos inanimados. Ele pode mudar o coração do rei em qualquer direção que considerar adequada (Pv 21.1). Ele é o oleiro que tem o direito de formar do mesmo pedaço de barro alguns vasos para propósitos nobres e alguns para uso comum (Rm 9.21). Não pode haver nenhum grau de dificuldade para o Deus onipotente.

Além disso, o Senhor desfruta de todo conhecimento. Deus não só conhece todas as coisas Ele sabe até o que poderia ter acontecido sob circunstâncias diferentes (mais ou menos o que os filósofos chamam de "conhecimento médio"), e leva isso em consideração quando julga (Mt 11.20-24). Há muitos exemplos onde Deus sabe o que nós agora rotulamos como decisões futuras livres e contingentes (por exemplo, 1 Sm 23.11-13). O conhecimento de Deus é perfeito (Jó 37.16). "Ele não tem que pensar nas decisões ou ponderar cuidadosamente antes de responder, porque Ele conhece o fim desde o início, e Ele nunca aprende nada e nunca se esquece de nada (cf. Sl 90.4; 2 Pe 3.8)".[1] Devido ao fato

de Ele ser o Criador do universo, é que conclui-se que o Senhor é independente do cosmo. Na verdade, com boas expressões que ampliam a nossa imaginação, Isaías afirma que o Deus elevado e majestoso "vive para sempre" (Is 57.15) ou "habita a eternidade".

(2) A soberania de Deus se estende ã eleição. A eleição pode se referir à escolha de Deus da nação de Israel, ou à sua escolha do povo de Israel ou à escolha dos indivíduos. A escolha de Deus dos indivíduos pode ser para uma missão específica. A eleição é tão importante para Deus que Ele preferiu escolher o mais jovem dos dois irmãos, Jacó e Esaú, antes deles nascerem e, portanto, antes que um deles tivesse feito algo de bom ou de ruim, "para que o propósito de Deus, segundo a eleição, ficasse firme" (Rm 9.11).

Até mesmo as maneiras altamente diversas pelas quais os novos convertidos são descritos no livro de Atos, refletem o modo confortável e desembaraçado pelo qual os escritores do Novo Testamento se referem à eleição. Freqüentemente falamos sobre pessoas que "aceitam a Jesus como seu Salvador pessoal" palavras não encontradas nas Escrituras, embora não seja necessariamente errada como uma expressão sintética. Mas o livro de Atos pode sintetizar algum evangelismo estratégico relatando que "creram todos quantos estavam ordenados para a vida eterna" (Atos 13.48). Escrevendo sobre os cristãos, Paulo diz que Deus "nos elegeu nEle [isto é, em Cristo] antes da fundação do mundo... [Ele] nos predestinou para filhos de adoção por Jesus Cristo" (Ef 1.4,5; cf. Ap 13.7,8; 17.8). Certamente, Deus escolheu os convertidos tessalonicenses desde o princípio para serem salvos (2 Ts 2.13).

A eleição feita por Deus se estende até aos anjos (1 Tm 5.21) o que mostra que a eleição não precisa estar ligada à

salvação (visto que se levantou um Redentor para o ser humano caído, mas não para os anjos caídos), mas é propriamente uma função da majestosa soberania de Deus. Somos um povo escolhido (1 Pe 2.9).

Além disso, o amor eletivo do Senhor é imutável. Somos informados de que todos os que o Pai deu ao Filho virão a Ele, e o Filho não perderá nenhum deles, porque Ele desceu do céu para fazer a vontade do Pai e esta é a vontade do Pai, que nenhum daqueles que o Pai lhe deu se perca (Jo 6.37-40). Em outras palavras, para que o Filho perdesse qualquer um daqueles que o Pai lhe deu, Ele teria que ser incapaz ou não querer obedecer a ordem explícita de seu Pai. Não é de admirar, então, que lemos que Jesus conheça as suas próprias ovelhas, e ninguém pode arrancá-las de suas mãos.

(3) Os cristãos não são fatalistas. A linha central da tradição cristã não sacrifica a completa soberania de Deus, nem reduz a responsabilidade daqueles que levam a sua imagem. No reino da teologia filosófica, esta posição às vezes é chamada de *compatibilismo*. Isto simplesmente significa que a soberania incondicional de Deus e a responsabilidade dos seres humanos são mutuamente compatíveis. Esse conceito afirma apenas que podemos ir longe o bastante nas evidências e nos argumentos para mostrar como eles não são necessariamente *in*compatíveis, e que é, portanto, inteiramente razoável pensar que são compatíveis se houver boas evidências para tanto.[2]

A evidência bíblica é estimulante. Quando José diz aos seus irmãos temerosos que Deus usou o fato de eles o terem vendido como escravo, ou seja, embora a intenção deles fosse o mal, o Senhor usou isto para o bem (Gn 50.19,20), ele está supondo o compatibilismo. José não retrata o evento como uma maquinação humana impiedosa na qual Deus in-

terveio para gerar o bem. Nem imagina que a intenção de Deus fosse enviá-lo para lá com uma boa companhia e um carro moderno, mas que infelizmente os irmãos tinham estragado o plano, e assim o pobre José teve que descer até ali como um escravo desculpe por isso. Antes, no mesmo evento, Deus estava operando, e as suas intenções eram boas, e os irmãos estavam operando, porém as suas intenções eram más.

Quando o Senhor se dirige à Assíria em Isaías 10.5ss., Ele diz a esta nação que ela não é nada mais do que ferramentas em sua mão para castigar o ímpio povo de Israel. No entanto, por esta não ser a maneira como eles vêem a situação, por pensarem que estão fazendo tudo isso por sua própria força e poder, depois que terminou de usá-los como uma ferramenta, o Senhor se volta e os abatem para castigar a sua arrogância. Isto é compatibilismo. Há dezenas e dezenas destas passagens nas Escrituras, espalhadas em ambos os Testamentos. Talvez o exemplo mais admirável de compatibilismo ocorra em Atos 4.23-29. A Igreja sofreu o seu primeiro sopro de perseguição. Pedro e João relatam o que aconteceu. A Igreja ora a Deus na linguagem do Salmo 2. A sua oração continua (4.27,28): "Verdadeiramente, contra o teu santo Filho Jesus, que tu ungiste, se ajuntaram, não só Herodes, mas Pôncio Pilatos, com os gentios e os povos de Israel, para fazerem tudo o que a tua mão e o teu conselho tinham anteriormente determinado que se havia de fazer". Observe cuidadosamente: Por um lado, houve uma terrível conspiração que arrebatou de uma só vez autoridades gentílicas Herodes e Pilatos e líderes judeus. Foi uma conspiração, e eles deveriam ser considerados responsáveis. Por outro lado, eles fizeram o que o poder e a vontade de Deus tinham anteriormente determinado que aconteceria.

Uma reflexão de momento revela que qualquer outro relato do que aconteceu destruiria o cristianismo bíblico. Se

retratarmos a crucificação de Jesus Cristo somente em termos da conspiração das autoridades políticas locais da época, e *não* em termos do plano de Deus (aceitando que Ele talvez tenha vindo no último momento, decidindo usar sua morte de uma forma não prevista), então a conclusão seria que a cruz foi um acidente da história. Alguns entendem que talvez tenha sido um acidente inteligentemente manipulado por Deus em seus próprios interesses, mas que não fazia parte do plano divino. Neste caso, todo o padrão da revelação profética antecedente está destruído: *Yon Kippur*, o cordeiro da Páscoa, o sistema sacrificial, e assim por diante. Se fosse assim, você poderia cortar o livro de Hebreus da sua Bíblia, para começar.[3]

Por outro lado, se alguém enfatizasse a soberania de Deus na morte de Jesus, exultando porque todos os participantes "*fizeram o que a mão e o conselho* [de Deus] tinham anteriormente determinado que se havia de fazer" (At 4.28), enquanto se esquecem de que foi uma conspiração impiedosa, então Herodes, Pilatos, Judas Iscariotes e os demais estão absolvidos do mal. Se a soberania de Deus significa que tudo debaixo dela está imune às acusações de transgressão, então todos estão imunes. Neste caso não há pecado pelo qual a expiação seja necessária. Então, por que a cruz? De uma forma ou de outra, a cruz estaria destruída.

Em resumo, o compatibilismo é um componente *necessário* a qualquer opinião madura e ortodoxa a respeito de Deus e do mundo. Isto levanta, inevitavelmente, questões importantes e difíceis a respeito da causalidade secundária: como a responsabilidade humana deve ser considerada, e muito mais. Não é possível discutir todas estas questões aqui.

(4) Devemos, de forma breve, fazer uma pausa para refletir sobre a imutabilidade de Deus. "Mas tu és o mesmo, e

os teus anos nunca terão fim", escreve o salmista (Sl 102.27). "Eu, o Senhor, não mudo" (Ml 3.6), o Todo-Poderoso declara. A conclusão é que os seus propósitos são seguros, e o seu cumprimento é inevitável. "Lembrai-vos disso e tende ânimo; reconduzi-o ao coração, ó prevaricadores. Lembrai-vos das coisas passadas desde a antiguidade: que eu sou Deus, e não há outro Deus, não há outro semelhante a mim; que anuncio o fim desde o princípio e, desde a antiguidade, as coisas que ainda não sucederam; que digo: o meu conselho será firme, e farei toda a minha vontade... Porque assim o disse, e assim acontecerá; eu o determinei e também o farei" (Is 46.8-11). "O conselho do Senhor permanece para sempre; os intentos do seu coração, de geração em geração" (Sl 33.11; cf. Mt 13.35; 25.34; Ef 1.4, 11; 1 Pe 1.20).

Corretamente concebida, a imutabilidade de Deus é imensamente importante. Ela gera a estabilidade e faz surgir a adoração. Bavinck escreve:

> A doutrina da imutabilidade de Deus é de elevada importância para a religião. O contraste entre ser e se tornar, marca a diferença entre o Criador e a criatura. Toda criatura está continuamente se transformando. Ela é mutável, está constantemente lutando, buscando o descanso e a satisfação, e encontra o descanso em Deus, e somente nEle, porque só Ele é o puro "ser" e não "se tornar". Conseqüentemente, nas Escrituras Deus é freqüentemente chamado de Rocha...[4]

No entanto, quando a imutabilidade de Deus é cuidadosamente discutida, os teólogos reconhecem que Ele não é imutável em todo modo ou domínio possível. Ele é imutável em seu ser, propósitos e perfeições. Mas isto não significa

que Ele não possa interagir com aqueles que levam a sua imagem *em seu tempo*. O propósito de Deus desde a eternidade passada era enviar o Filho e, em um momento estabelecido na série contínua do nosso tempo-espaço, o Filho foi realmente encarnado. Até mesmo a leitura mais superficial das Escrituras revela que Deus é um Ser pessoal que interage conosco. Nada disto é para ser excluído pela imutabilidade.

(5) Antes de continuar, devo francamente reconhecer que este esboço de Deus está sofrendo um ataque crescente, não só por parte de vários teólogos de processo[5] que primeiramente recorrem à análise e à síntese filosóficas, mas também de alguns que supostamente procuram basear o seu trabalho na Bíblia Sagrada. Este ponto de vista é agora às vezes chamado de opinião "aberta" a respeito de Deus.[6] Respostas sofisticadas estão agora começando a aparecer, embora eu não possa trilhar o debate aqui. Mas alguns destes escritores recorrem a aproximadamente trinta e cinco textos onde é claramente dito que Deus "se arrependeu" ou "se condescendeu", ou mudou de idéia. Como entenderemos estes textos?

Deus se condescendeu a respeito de um passo que já havia dado (Gn 6.6,7; 1 Sm 15.11,35). Ele se condescendeu a respeito do que disse que faria, ou mesmo do que começou a fazer (Sl 90.13; 106.44,45; Jr 18.7-10; 26.3,13,19; Jl 2.13-14; Jn 3.9-10; 4.2), às vezes em resposta à oração de um intercessor (Êx 32.12-14; Am 7.3-6). Para aqueles que estão no campo do "teísmo aberto", estes tipos de textos controlam a discussão, e as passagens já amplamente aludidas que afirmam a imutabilidade do Todo-Poderoso é que são aquelas que precisam ser abrandadas ou explicadas!

Sinceramente, não vejo como isto pode ser feito com responsabilidade.[7] Muitos destes textos dizem respeito a Deus

se recusar a destruir algum grupo, porque este grupo se arrependeu (por exemplo, Deus condescendendo na questão de destruir Nínive porque a cidade se arrepende, Jn 3.9-10). Note que alguns dos profetas *dizem* aos seus leitores que este é o propósito de Deus, desde o princípio, quando Ele faz tais ameaças (por exemplo, Ez 3.16-21; 33). Este é simplesmente um modo de dizer que os propósitos do Senhor são imutáveis quando a situação for de determinada forma; seus propósitos são diferentes para um conjunto diferente de circunstâncias. Quanto a Deus condescender em resposta às orações do seu povo, não se pode pensar nestes guerreiros da oração surgindo sem que Deus os levante, seja Moisés ou Amós; no entanto, por outro lado, Ele condena o povo por *não* produzir intercessores na hora da necessidade (por exemplo, Ez 22.30,31). Isto é compatibilismo: os mesmos componentes se repetem. Deus permanece soberano sobre todas as coisas, e os seus propósitos são bons; Ele interage com os seres humanos; os seres humanos, às vezes, impelidos pela graça de Deus fazem bem as coisas, e Ele obtém o crédito; nós freqüentemente fazemos coisas que são más, e embora não escapemos dos limites mais externos da soberania do Senhor, só nós somos responsáveis e devemos levar a culpa.

Não afirmo que isto seja fácil ou direto. Mais cedo ou mais tarde alguém passa a reconhecer que, pelo que sabemos, há alguns mistérios do próprio Ser de Deus. Penso que as coisas mais profundas deste assunto estão ligadas ao fato de que o Senhor, ao revelar a si mesmo nas Escrituras, é simultaneamente soberano/transcendente e pessoal.

Deixe-me mostrar cada um destes dois pólos. *Primeiro*, com respeito à soberania e à transcendência de Deus, está claro que não podemos experimentar em certo nível pessoal o que significa ser totalmente soberano ou genuinamente

transcendente. Somos criaturas finitas, ligadas ao tempo e ao espaço, como limitações invencíveis sobre a nossa autoridade e poder. Mas podemos fazer duas coisas: (a) Podemos extrapolar o que significa autoridade e poder, até vislumbrarmos em nossa imaginação o que a soberania absoluta significa, e vermos que isto é o que as Escrituras atribuem a Deus. (b) Às vezes, podemos agir por negações reflexivas. Assim como sabemos tão pouco sobre o tempo e o espaço, podemos imaginar, a grosso modo, o que a transcendência significa por esta série de negações (a transcendência *não* está ligada ao tempo; *não* está ligada ao espaço), e vemos que a Bíblia pode falar a respeito de Deus desse modo.

Segundo, por meio de contrastes "pessoais": a nossa experiência está tão ligada aos seres finitos interagindo com os outros, que é difícil ligarmos a Deus aquilo que é "pessoal". Se eu entrar em uma amizade "pessoal" com você, farei perguntas, lhe conhecerei melhor, compartilharei coisas, serei censurado e censurarei você. Em contrapartida, surpreenderei você, ouvirei a sua conversa, aprenderei o que eu não sabia, e assim por diante. Aqui se pressupõe que haja uma seqüência e limitações. E você experimenta as mesmas coisas na outra extremidade deste relacionamento "pessoal".

Mas o que significa ter um relacionamento pessoal com o Deus transcendente e soberano? Não podemos imaginar isto facilmente, *seja pela extrapolação da nossa experiência finita ou pelas negações estratégicas.* Podemos ver a partir desta revelação misericordiosa nas Escrituras e no próprio Senhor Jesus, que este Deus é pessoal, mas é difícil concebermos exatamente o que isto significa. Se você perder este elemento, cairá no deísmo, no panteísmo, ou em algo ainda pior. Devemos manter uma insistência ativa sobre a sua perso-

nalidade, mas se nos mantivermos fiéis às Escrituras e devemos nos manter! acabaremos reconhecendo alguns mistérios profundos.

A transcendência soberana de Deus e a sua personalidade são atributos amparados pela Bíblia. Ambos fazem parte das coisas *dadas* e *reveladas*. Eleve a sua personalidade até a exclusão de sua soberania transcendente, e mais cedo ou mais tarde você terá um Deus finito, progressivamente reduzido, que certamente já não será o Deus da Bíblia. Desta forma você destrói uma das coisas *dadas*. Esta é a trilha adotada por aqueles que propõem um retrato "aberto" de Deus. Aqui eu não posso fazer mais do que colocar isso de lado, com muita firmeza, em favor do compatibilismo bíblico, e prosseguir em direção ao meu terceiro ponto.

C. Uma Impassibilidade Corretamente Compelida

Estamos agora em uma boa posição para refletirmos sobre o elemento afetivo no amor de Deus, e a sua relação com Ele em sua transcendência e soberania. Poderíamos provocativamente perguntar: Se Deus é totalmente soberano, e se Ele conhece totalmente todas as coisas, que espaço é deixado para as emoções, na forma como as conhecemos? Os oráculos divinos que retratam a Deus em sofrimento, ou em alegria, ou em amor, certamente parecem um pouco fora de lugar. Uma vez que Deus conhece o fim desde o início, será que não podemos pensar que Ele não pode ficar surpreso, permanecendo no comando de todas as coisas, aconteça o que acontecer?

A partir desta perspectiva, não é óbvio que a doutrina do amor de Deus é de difícil entendimento?

Não serve como resposta adotar uma forma de impassibilidade que negue que Deus tenha uma vida emocio-

nal, insistindo que todas as evidências bíblicas ao contrário não sejam nada mais do que antropopatismo. O preço é elevado demais. Aqueles que assumirem este tipo de pensamento poderão se deleitar na soberania de Deus, mas não poderão mais se regozijar em seu amor. Estas pessoas podem se regozijar apenas em uma expressão lingüística que é uma acomodação de alguma realidade que não podemos conceber, com base no antropopatismo de amor. Espere um pouco. Paulo não orou para que os seus leitores pudessem ser capazes de compreender a altura, e a profundidade, e o comprimento, e a largura de um antropopatismo, e de um antropopatismo que ultrapasse o conhecimento (Ef 3.14-21).

Também não é adequado sugerir uma solução que insista que a Trindade imanente (que se refere a Deus como Ele é em si mesmo, transcendente da criação e enfocando os seus atos interiores) seja totalmente impassível, enquanto a Trindade regrada (que se refere a Deus como Ele é, transcendente em sua criação, enfocando unicamente suas ações fora de si mesmo e em relação à sua criação) certamente sofre, incluindo o sofrimento de amor.[8] Eu me preocupo com esta grande separação entre Deus como Ele é em si mesmo e Deus, da maneira como Ele interage com a ordem criada. Tais distinções têm uma utilidade heurística de vez em quando, mas a síntese resultante neste caso está tão afastada daquilo que a Bíblia realmente diz, que temo estarmos sendo levados para um beco sem saída. Se pelo fato de o Pai amar o Filho e o Filho amar o Pai, afirmarmos o amor de Deus como ele é em si mesmo (a Trindade imanente), como é que este amor de Deus estará ligado ao amor que Deus demonstra quando interage com o mundo (a Trindade econômica)? Pois este é claramente um amor vulnerável que sente a dor e que requer arrependimento. João, afinal, liga os dois claramente.

No entanto, antes de excluirmos totalmente a impassibilidade de Deus, devemos agradecidamente reconhecer o que a doutrina está procurando preservar. Ela está tentando evitar o tipo de pontos de vista sentimentais do amor de Deus, e de outras emoções ("paixões") em Deus que definitivamente o tornam um ser humano melhorado, mas nada mais que isso. Por exemplo, um Deus que é terrivelmente vulnerável à dor causada por uma rebelião dificilmente é um Deus que esteja no controle, ou um Deus que é tão perfeito que, estritamente falando, não *precisa* de nós. O Deus terapêutico moderno pode ser superficialmente atraente pelo fato de apelar para as *nossas* emoções, mas o custo logo será alto. Implicitamente começamos a pensar em um Deus limitado e finito. Assim, o próprio Deus é expresso de uma forma gradualmente diminuída e reduzida em relação àquilo que Ele realmente é. E isto é idolatria.

Mais perto da marca está o reconhecimento de que todas as emoções de Deus, incluindo o seu amor em todos os seus aspectos, não podem ser separadas do seu conhecimento, poder e vontade. Se Deus ama, é porque Ele escolhe amar; se Ele sofre, é porque Ele escolhe sofrer. Deus é impassível no sentido de que Ele não sustenta nenhuma "paixão", nenhuma emoção que o torne vulnerável às coisas externas, sobre as quais Ele não teria nenhum controle, ou as quais Ele não teria previsto; pois Ele, na realidade, tem todo o controle sobre todas as coisas, e prevê todas as coisas.

Da mesma forma, toda a vontade ou escolha ou plano de Deus nunca está separado de seu amor como também jamais está separado de sua justiça, de sua santidade, de sua onisciência, e de todas as suas perfeições e atributos. Mas não estou, deste modo, me retirando subrepticiamente para uma noção de amor que é meramente um altruísmo voluntário; não estou sugerindo que o amor

de Deus seja dissolvido em sua vontade. Antes, estou sugerindo que iremos nos proteger, com sucesso, contra os males que a impassibilidade combate, se reconhecermos que as "paixões" de Deus, diferentemente das nossas, não se inflamam repentinamente nem ficam fora de controle. As *nossas* paixões mudam a nossa direção e as nossas prioridades, domesticando a nossa vontade, controlando a nossa tristeza e a nossa felicidade, surpreendendo e destruindo ou estabelecendo os nossos compromissos. Mas as "paixões" *de Deus*, como tudo o mais em Deus, são mostradas juntamente com a plenitude de todas as suas outras perfeições. Neste panorama, o amor de Deus não é tanto uma função de sua vontade, quanto algo que se mostra em perfeita harmonia com ela e com sua santidade, com os seus propósitos na redenção, com os seus planos infinitamente sábios, e assim por diante.

Naturalmente, isto significa que, em certos aspectos, o amor de Deus não funciona exatamente como o nosso. Como poderia? O amor de Deus surge de um Ser infinito cujas perfeições são imutáveis. Mas este modo de redigir as coisas guarda os valores mais importantes na impassibilidade e ainda insiste que o amor de Deus é um amor real, do mesmo gênero do melhor amor demonstrado por aqueles que são os portadores da imagem do Criador. E se grandes áreas de incerteza permanecerem em relação ao modo como tudo isso funciona, na existência e na ação de Deus suspeito que isto se deva ao fato de termos voltado por um outro caminho à tensão permanente entre o retrato bíblico do Deus soberano e transcendente, e o retrato bíblico do Deus pessoal e daí ao próprio mistério de Deus.

Esta abordagem a estas questões, contribui para o entendimento de certas verdades bíblicas de imensa importância prática. Deus não se "apaixona" pelos eleitos; Ele não se

"apaixona" por nós; Ele *coloca a sua afeição* em nós. Ele não nos predestina devido a algum capricho frívolo; antes, *em amor* Ele nos predestina para sermos adotados como seus filhos (Ef 1.4,5).[9] *Os próprios textos ligam o amor de Deus a outras perfeições em Deus.*

Podemos ganhar clareza através de um exemplo. Imagine Charles e Susan andando pela praia de mãos dadas no fim do ano acadêmico. A pressão do semestre se dissipou na brisa quente da noite. Eles jogam as suas sandálias, e a areia molhada penetra entre os dedos de seus pés. Charles se volta para Susan, olha profundamente dentro dos olhos grandes e de cor de avelã, e diz: "Susan, eu te amo. Eu realmente te amo".

O que ele quer dizer?

Bem, neste contexto, e de acordo com a sua idade, ele pode não querer dizer nada além de que se sente como se fosse testosterona com pernas, e que quer relacionar-se intimamente com ela. Mas se supusermos que ele tenha um mínimo de decência, sem levar em conta a virtude cristã, o mínimo que ele deveria querer dizer seria algo assim: "Susan, você significa tudo para mim. Não posso viver sem você. Seu sorriso mexe comigo, mesmo à distância. Seu bom humor espirituoso, seus lindos olhos, o perfume dos seus cabelos tudo em você me trespassa. Eu te amo!"

O que ele certamente *não* quer dizer é algo assim: "Susan, francamente você tem um caso tão grave de mau hálito que perturbaria uma manada de elefantes sujos e comedores de alho. Seu nariz é tão bulboso que você parece um desenho animado. Seu cabelo é tão gorduroso que poderia lubrificar uma carreta de dezoito rodas. Seus joelhos são tão tortos que você faz um camelo parecer elegante. A sua personalidade faz Átila, o Huno, e Genghis Khan, parecerem tímidos. Mas eu amo você!"

Então agora Deus chega até nós, e diz: "Eu amo você". O que Ele quer dizer?

Será que Ele quer transmitir algo assim: "Você significa tudo para mim. Não posso viver sem você. A sua personalidade, a sua conversa inteligente, a sua beleza, o seu sorriso tudo em você me trespassa. O céu seria tedioso sem você. Eu te amo!" Isto, afinal, é muito próximo do que algumas abordagens terapêuticas ao amor de Deus explicam. Devemos nos sentir muito maravilhados pelo fato incontestável de o Senhor nos amar.

Quando Ele diz que nos ama, será que não quer dizer algo como o que se segue: "Moralmente falando, você é uma pessoa de mau hálito, de nariz bulboso, de cabelo oleoso, de joelhos tortos, de personalidade abominável. Seus pecados lhe tornaram repulsivamente feio. Mas eu amo você assim mesmo, não porque você seja atraente, mas porque amar faz parte da minha natureza". E no caso do povo eleito, Deus acrescenta: "Coloquei a minha afeição em você antes da fundação do universo, não porque você seja mais sábio, melhor, ou mais forte dos que os outros, mas, porque, na minha graça, escolhi lhe amar. Você é meu, e será transformado. Nada em toda a criação pode separar você do meu amor mediado pelo meu Filho, Jesus Cristo" (Rm 8).

Isto não se aproxima um pouco mais do amor de Deus retratado nas Escrituras? Sem dúvida alguma, o Pai considera o Filho amável; sem dúvida, quando se trata do âmbito de disciplinar o povo da sua aliança, há um sentido no qual o seu amor está condicionado à nossa conformidade moral. Mas no fim do dia, Deus ama, seja quem for o objeto de seu amor, porque Deus é amor. Há, portanto, dois pontos críticos. *Primeiro*, Deus exercita este amor juntamente com todas as suas outras perfeições, mas o seu amor não é

menos amor por causa de tudo isso. *Segundo*, o seu amor surge do seu próprio caráter; ele não depende do encanto da pessoa amada, de algo externo a ela.

O ponto de João, no capítulo quatro de sua primeira epístola, "Deus é amor", é que aqueles que realmente conhecem a Deus também passam a amar desta maneira. Sem dúvida alguma, não fazemos isto muito bem, mas os cristãos não devem amar o que não é amável mas, até mesmo os nossos inimigos? Devido ao fato de termos sido transformados pelo Evangelho, o nosso amor deve ser auto-originário, não evocado pelo encanto da pessoa amada. Pois é desta maneira que ocorre com Deus. Ele ama porque o amor é uma das suas perfeições e está em perfeita harmonia com todas as suas outras.

Em nossa melhor forma, sabemos que esta é a maneira pela qual aqueles que trazem sobre si a imagem de Deus também deveriam amar. Em um dos seus sonetos mais encantadores, nunca escrito para ser publicado, Elizabeth Barrett Browning escreveu para o seu marido Robert Browning:

> *Se tiveres que me amar, que seja por nada,*
> *Exceto unicamente por causa do amor. Não digas,*
> *"Eu a amo por causa de seu sorriso de sua aparência de seu jeito*
> *Por falar gentilmente por alguma habilidade de pensamento*
> *Que me faz tão bem, e que certamente traz*
> *uma sensação de tranqüilidade prazerosa neste dia".*
> *Porque estas coisas, em si mesmas, meu Amado, podem*
> *ser mudadas, ou mudadas para ti e o amor, assim feito,*
> *pode ser assim desfeito. Também não me ames por*
> *tua própria estimada compaixão ao secar o meu rosto*
> *uma criatura pode se esquecer de chorar, sim, mesmo depois*

de ter oferecido o seu conforto por muito tempo, e perder o teu amor desse modo!
Mas me ame por causa do amor, para que para sempre possas continuar amando, pela eternidade do amor

E isto, irmãos e irmãs, aprendemos com Deus, quando Ele se revelou em seu Filho; porque "nós o amamos porque Ele nos amou primeiro" (1 Jo 4.19). "Enquanto ainda éramos pecadores, Cristo morreu por nós" (Rm 5.8). Aqui está o amor; não que nós o tenhamos amado, mas que Ele nos amou, e deu o seu Filho para ser a propiciação pelos nossos pecados (1 Jo 4.10).

4

O Amor e a Ira de Deus



Muitas pessoas têm pensamentos errados acerca do perdão de Deus. Lembro-me de conhecer um jovem e articulado africano ocidental francês quando estava estudando na Alemanha, há mais de vinte anos. Ambos estávamos trabalhando diligentemente para melhorar o nosso alemão, e uma vez por semana, após muitas aulas, saíamos para juntos compartilharmos uma refeição, e passávamos a falar em francês, um idioma que ambos conhecíamos bem. Durante estas refeições conhecemos melhor um ao outro. Fiquei sabendo que a esposa dele estava em Londres, estudando para ser médica. Ele mesmo era um engenheiro que precisava de fluência em alemão a fim de concluir estudos de doutorado em engenharia, na Alemanha.

Logo descobri que uma ou duas vezes por semana ele desaparecia no *distrito de luz vermelha* da cidade. Obviamente, ele estava se prostituindo. Por fim, já o conhecendo o

suficiente, perguntei-lhe o que faria se descobrisse que a sua esposa estava fazendo algo semelhante em Londres.

"Ó", ele disse, "Eu a mataria."

"Isto é um pouco de critério moral machista, não é?" eu respondi.

"Você não entende. De onde eu venho na África, o marido tem o direito de dormir com muitas mulheres, mas se uma mulher fizer isto, ela deve ser morta."

"Mas você me disse que foi criado em uma escola missionária. Você sabe que o Deus da Bíblia não tem critérios morais machistas assim."

Ele me deu um sorriso largo e respondeu, "Ah, *lê bom Dieu; il doit nous pardonner; c'est son métier* [Ah, Deus é bom; Ele nos perdoa; esta é a função dEle]".

Esta é uma opinião comum, não é? Não sei se o meu amigo africano sabia que as mesmas palavras são atribuídas a Catarina a Grande; ele poderia estar citando-a conscientemente, porque era bem culto. Mas mesmo quando as pessoas não expressam as coisas tão claramente, a idéia é popular, porque, como já vimos, algumas noções (leia-se mal definidas) do amor de Deus percorrem a terra mas elas, infelizmente, têm sido sentimentalizadas e terrivelmente destituídas de todas as coisas complementares que a Bíblia tem a dizer.

Neste último capítulo quero refletir sobre apenas algumas destas outras coisas, com o objetivo de pensar de forma mais precisa e fielmente sobre o amor de Deus.

A. O Amor e a Ira de Deus

Aqui irei me aventurar em três reflexões.

(1) A Bíblia fala da ira de Deus em uma linguagem de alta intensidade. "(...) O Senhor dos Exércitos passa em re-

vista o exército de guerra. Uivai, porque o dia do Senhor está perto; vem do Todo-Poderoso como assolação. Eis que o dia do Senhor vem, horrendo, com furor e ira ardente, para pôr a terra em assolação e destruir os pecadores dela" (Is 13.4,6,9). "Portanto, tão certo quanto eu vivo, diz o Senhor Jeová, pois que profanaste o meu santuário com todas as tuas coisas detestáveis e com todas as tuas abominações, também eu te diminuirei, e o meu olho te não perdoará, nem também terei piedade. Uma terça parte de ti morrerá da peste e se consumirá à fome no meio de ti; e outra terça parte cairá à espada em redor de ti; e a outra terça parte espalharei a todos os ventos e a espada desembainharei atrás deles. (...); e saberão que sou eu, o Senhor, que tenho falado no meu zelo, quando cumprir neles o meu furor. E te porei em assolação e como opróbrio entre as nações que estão em redor de ti, aos olhos de todos os que passarem. Quando eu enviar as terríveis flechas da fome contra eles para sua destruição, as quais eu mandarei para vos destruir, (...) a peste e o sangue passarão por ti; e trarei a espada sobre ti. Eu, o Senhor, falei" (Ez 5.11-14,16,17). Tais passagens poderiam ser multiplicadas cem vezes. Você pode considerar tudo o que desejar com relação à natureza da linguagem no gênero apocalíptico, mas Apocalipse 14 inclui algumas das expressões mais violentas da ira de Deus encontradas em toda a literatura.

A ira, de forma semelhante ao amor, inclui a emoção como um componente necessário. Aqui, outra vez, se a impassibilidade for definida em termos da ausência completa de todas as "paixões", você não só desafiará abertamente as evidências bíblicas, mas tropeçará em novos erros que tocam a própria santidade de Deus. A razão é que, em si mesma, a ira, diferentemente do amor, *não* é uma das perfeições intrínsecas de Deus. Antes, é uma função

da santidade de Deus contra o pecado. Onde não há pecado, não há ira mas sempre haverá amor em Deus. Onde o Senhor, em sua santidade, confronta os rebeldes que levam a sua imagem, *deve* haver ira, ou Ele não é o Deus ciumento que afirma ser, e a sua santidade está impugnada. O preço de enfraquecer a ira de Deus é, igualmente, diminuir a sua santidade.

Este ponto é tão importante que devo ir um pouco adiante. É difícil ler as páginas das Escrituras sem perceber que a ira de Deus, embora seja uma função de sua santidade contra o pecado, tem em si um poderoso elemento afetuoso. Assim, distanciar Deus grandemente da ira com base em uma forma de impassibilidade, logo lança sombras à sua santidade.

Alternativamente, esta assim chamada ira, despersonalizada e sem emoção, é redefinida como um antropopatismo que na verdade está falando sobre os efeitos *impessoais*, imparciais e inevitáveis do pecado em uma pessoa ou cultura. Este foi o caminho de C. H. Dodd durante a década de 1930. O sentido na época, como agora, é que a significância da cruz muda. Se Deus não está realmente irado, é difícil ver por que qualquer lugar deva ser preservado para a propiciação. Mas voltaremos a este ponto.

Além do mais, neste caso, retroceder para a distinção entre a Trindade eminente e a Trindade regrada seria desastroso. Esta é a tática da argumentação de que Deus, na forma como Ele é em si mesmo (a Trindade imanente) é imune à ira, enquanto que Deus quando interage com os rebeldes (a Trindade regrada) mostra a sua ira. Mas devido ao fato da ira de Deus ser uma função de sua santidade, isto nos deixa em uma posição dúbia: podemos pensar que o Senhor esteja menos preocupado em manter a sua santidade do que com a sua interação com a ordem criada e caída.

Conceitualmente esta é uma distância substancial dos retratos de Deus nas Escrituras; analiticamente é ligeiramente bizarro.

(2) Como, então, o amor de Deus e a sua ira deveriam ser entendidos e relacionados um com o outro? Um clichê evangélico diz que Deus odeia o pecado, mas ama o pecador. Há um pequeno elemento de verdade nestas palavras: Deus não tem nada além do ódio para o pecado, mas seria errado concluir que Ele não tem nada além do ódio para o pecador. Uma diferença deve ser mantida entre o ponto de vista de Deus em relação ao pecado, e do seu modo de ver o pecador. Entretanto, o clichê (Deus odeia o pecado, mas ama o pecador) é falso em face disso, e deveria ser abandonado. Quatorze vezes só nos primeiros cinqüenta Salmos, nos é dito que Deus odeia o pecador, seu ódio está sobre o mentiroso, e assim por diante. Na Bíblia, a ira de Deus jaz tanto no pecado (Rm 1.18ss.) quanto no pecador (Jo 3.36).

O nosso problema, em parte, é que na experiência humana a ira e o amor normalmente permanecem em compartimentos mutuamente exclusivos. O amor expulsa a ira, ou a ira expulsa o amor. Chegamos mais perto de reuni-los, talvez, em nossas respostas a um ato obstinado de um dos nossos filhos, mas normalmente não pensamos que uma pessoa irada seja amável.

Mas não é desta maneira que as coisas ocorrem com Deus. A ira de Deus não é uma fúria implacável e cega. Não importa quão emocional achamos que ela possa ser, a ira de Deus é uma resposta inteiramente razoável e voluntária às ofensas contra sua santidade. Mas o seu amor, pudemos ver no último capítulo, brota em meio a suas perfeições *e não é gerado pelo encanto do amado.* Portanto, não há nada intrinsecamente impossível sobre a ira e o amor

serem levados simultaneamente ao mesmo indivíduo ou povo. Deus, em suas perfeições, certamente fica irado contra os rebeldes que, a despeito de levarem sua imagem, o ofendem; não obstante, mesmo, em suas perfeições, o Senhor é ser amável para os rebeldes que levam a sua imagem, porque Ele é este tipo de Deus.

(3) Dois outros erros de concepção circulam largamente mesmo nos círculos do cristianismo confessional.

O *primeiro* é que no Antigo Testamento a ira de Deus é mais admiravelmente transparente do que o seu amor, enquanto que no Novo Testamento, embora sem dúvida um resíduo de ira permaneça, uma suavidade domina e abranda o período mais tenebroso: o amor de Deus agora é mais rico que a sua ira. Afinal, Jesus ensinou aos seus discípulos a amarem os seus inimigos e a oferecerem a outra face.

Nada poderia estar mais longe da verdade do que esta leitura do relacionamento entre os Testamentos. Suspeita-se que o motivo pelo qual esta fórmula tenha qualquer credibilidade é que a manifestação da ira de Deus no Antigo Testamento está primeiramente nas categorias *temporais* fome, praga, cerco, guerra, matança. Em nosso foco presente no aqui e agora estas imagens possuem um impacto maior sobre nós do que o Novo Testamento diz, com o seu alvo na ira na vida após a morte. Jesus, afinal, é aquele que no Novo Testamento fala muito vívida e freqüentemente sobre o inferno este Jesus, dá outra face. Os escritos apostólicos, culminando em Apocalipse 14, oferecem pouco apoio para o ponto de vista de que um Deus mais bondoso e mais gentil surge no Novo Testamento neste estágio da história redentora.

A realidade é que o Antigo Testamento mostra a graça e o amor de Deus em experiência e tipos, e estas realidades se

tornam mais claras nos escritos da nova aliança. Semelhantemente, o Antigo Testamento mostra a justa ira de Deus em experiência e tipos, e estas realidades se tornam mais claras nos escritos da nova aliança. Em outras palavras, tanto o amor como a ira de Deus estão engrenadas no movimento da antiga aliança para a nova, ou seja, do Antigo Testamento para o Novo. Estes temas se repetem na história redentora aparentemente mal resolvidos até chegarem a um clímax retumbante: a cruz.

Você deseja ver o amor de Deus? Olhe para a cruz.

Você deseja ver a ira de Deus? Olhe para a cruz.

Os escritores de hinos às vezes têm capturado bem este aspecto. No País de Gales os cristãos cantam um hino do século XIX escrito por William Rees:

Aqui está o amor, vasto como o oceano,
Bondade como a inundação,
Quando o Príncipe da vida, o nosso resgate,
Derramou por nós o seu sangue precioso.
De quem o seu amor não se lembrará?
Quem pode parar de cantar o seu louvor?
Ele nunca pode ser esquecido
Por todos os dias eternos do céu.

No Monte da Crucificação
Fontes abertas, profundas e largas;
Através das comportas da misericórdia de Deus
Fluiu uma maré vasta e bondosa.
Graça e amor, como rios poderosos,
Sendo derramados incessantemente do alto,
E a paz e a justiça perfeita do céu
Beijaram um mundo culpado, com amor.

Isto nos leva para o *segundo* erro comum de concepção. Este retrata Deus como implacavelmente em oposição a nós e cheio de ira, mas de alguma forma aplacada por Jesus, que nos ama. Mais uma vez, se mantivermos a estrutura correta, haverá alguma verdade maravilhosa aqui. A Epístola aos Hebreus certamente empresta algum apoio para este modo de pensar, especialmente no seu retrato de Jesus como o sumo sacerdote que continuamente faz intercessão a Deus por nós. Tudo isso é modelado no culto estabelecido no Sinai ou, mais precisamente, o culto estabelecido no Sinai deve ser, conforme Hebreus, a sombra da realidade suprema. Novamente, em 1 João 2.1,2, o Senhor Jesus é o Advogado que fala com o Pai em nossa defesa.

Mas há outros elementos da teologia do Novo Testamento que devem ser aplicados. Foi Deus que amou o mundo de tal maneira que deu o seu Filho (Jo 3.16). Aqui, não é que o Senhor esteja relutante enquanto que o seu Filho o convence; antes, é o próprio Deus que envia o seu amado Filho. Assim (voltando a Hebreus), mesmo que o nosso grande Sumo Sacerdote interceda por nós e empenhe o seu próprio sangue em nosso favor, nunca devemos pensar nisso como uma ação independente, da qual o Pai de alguma forma não sabia ou aprovou relutantemente, e que por fim foi convencido pelo sacrifício independentemente originado de seu Filho. Antes, o Pai e o Filho são Um neste projeto de redenção. O próprio Filho entra no mundo pela expressa ordem do Pai.

Assim, quando usamos a linguagem da propiciação, não devemos pensar que o Filho, cheio de amor, ofereceu-se a si mesmo e desse modo apaziguou (isto é, entregou-se como expiação) ao Pai, que estava cheio de ira. O quadro é mais complexo. É que o Pai, cheio de ira justa contra nós, no entanto, nos amou de tal forma que enviou o seu Filho.

Espelhando perfeitamente as palavras e as ações de seu Pai, o Filho se colocou em nosso lugar na ira não é por nada que as Escrituras retratam os pecadores querendo se esconder da face daquele que se assenta no trono *e da ira do Cordeiro* no entanto, obediente à comissão de seu Pai, ofereceu-se a si mesmo na cruz. Ele fez isto por amor a seu Pai, a quem Ele ama, e por nós, a quem Ele redime. Assim, Deus é necessariamente tanto o autor quanto o objeto da propiciação. Ele provê o sacrifício propiciatório (Ele é o autor), e Ele mesmo é sacrificado (Ele é o objeto). Esta é a glória da cruz.

Tudo isto está implícito na grande passagem da expiação, em Romanos 3.21-26. Depois de dedicar dois capítulos e meio a mostrar como a raça inteira está amaldiçoada e corretamente sob a ira de Deus por causa dos pecados que praticou (1.18-3.20), o apóstolo Paulo explica como a morte de Cristo foi o plano sábio *de Deus* "para demonstração da sua justiça neste tempo presente, para que Ele seja justo e justificador daquele que tem fé em Jesus" (Rm 3.26). *Deus* apresentou Jesus como uma propiciação em seu sangue, recebido através da fé (Rm 3.25).

B. O Amor de Deus e a Intenção da Expiação

Aqui eu desejo ver se as abordagens que temos seguido com respeito ao amor de Deus, podem lançar alguma luz sobre uma outra área ligada à soberania de Deus: o propósito da expiação.

O rótulo "expiação limitada" é singularmente infeliz por duas razões. *Primeiro*, é uma expressão defensiva e restritiva: aqui está a expiação, e então alguém quer limitá-la. A noção de limitar algo tão glorioso quanto a expiação é intrinsecamente ofensiva. *Segundo*, mesmo quando inspecionada mais calmamente, a "expiação limitada" é objetivamente enga-

nadora. Todas as visões da expiação "limitam-na" de alguma forma, salvo a visão do universalista desqualificado. Por exemplo, o arminiano limita a expiação considerando-a meramente potencial para todos; o calvinista considera a expiação definitiva e eficaz (isto é, aqueles por quem Cristo morreu certamente serão salvos), mas limita esta eficácia aos eleitos; o amiraldiano limita a expiação em boa parte da mesma forma que o arminiano, embora as suas estruturas básicas sejam diferentes.

Pode ser menos prejudicial, portanto, distinguir a expiação geral e a expiação definitiva, em vez da expiação ilimitada e a expiação limitada. Os arminianos (e os amiraldianos, a quem mencionarei em conjunto em benefício da discussão) defendem que a expiação é geral, isto é, suficiente para todos, disponível para todos, condicionada apenas à fé; Os calvinistas entendem que a expiação é definida, isto é, que Deus deseja que ela seja eficaz para os eleitos.

Pelo menos parte do argumento em favor da expiação definitiva funciona da seguinte forma. Vamos admitir, em benefício do argumento, a veracidade da eleição.[1] Este é um ponto onde esta discussão cruza com o que foi dito no terceiro capítulo sobre a soberania de Deus, e seu amor eletivo. Neste caso, a pergunta pode ser formulada desta forma: Quando Deus enviou o seu Filho para a cruz, Ele pensou no efeito da cruz em relação aos seus eleitos, de modo diferente da maneira que pensou no efeito da cruz em relação a todos os outros? Se alguém responder negativamente, é muito difícil ver que esta pessoa esteja realmente defendendo, totalmente, uma doutrina de eleição; se alguém responder positivamente, então esta pessoa se voltou para alguma noção da expiação definitiva. O fato de a expiação ser definitiva diz mais respeito à *intenção* de Deus na obra da cruz de Cristo, do que à *extensão* de seu significado e importância.

Mas a questão não é meramente de lógica, e dependente da eleição. Aqueles que defendem a expiação definitiva citam textos. Jesus salvará o *seu povo* dos seus pecados (Mt 1.21) não todos. Cristo se deu a si mesmo *"por nós"*, isto é, pelo povo da nova aliança (Tt 2.14), "para *nos* remir de toda iniqüidade e purificar para si *um povo seu especial*, zeloso de boas obras". Além disso, Cristo, em sua morte, não fez meramente uma provisão adequada para os eleitos, mas na verdade alcançou o resultado desejado (Rm 5.6-10; Ef 2.15,16). O Filho do Homem veio para dar a sua vida como resgate "de muitos" (Mt 20.28; Mc 10.45; cf. Is 53.10-12). Cristo "amou *a igreja* e a si mesmo se entregou *por ela*" (Ef 5.25).

O arminiano, porém, responde que há simplesmente textos demais do outro lado da questão. Deus amou *o mundo* de tal maneira que deu o seu Filho (Jo 3.16). Planos exegéticos inteligentes que fazem do "mundo" um rótulo para se referirem aos eleitos, não são muito convincentes. Cristo Jesus é a propiciação "pelos nossos pecados e não somente pelos nossos, mas também pelos de todo o mundo" (1 Jo 2.2). E há muitas outras passagens que devem ser analisadas da mesma forma.

Como avançaremos rapidamente? Os argumentos dispostos em ambos os lados são naturalmente mais numerosos e mais sofisticados do que indiquei nesta descrição resumida. Mas lembre-se, por um momento, do esboço que apresentei no primeiro capítulo, das variadas maneiras que a Bíblia fala sobre o amor de Deus: (1) o amor intra-Trinitariano de Deus, (2) o amor de Deus mostrado em seu cuidado providencial, (3) a advertência e o convite ansiosos de Deus a todos os seres humanos quando Ele lhes convida e lhes ordena que se arrependam e creiam, (4) o amor especial de Deus dirigido ao povo eleito, e (5) o amor condicional de Deus dirigido ao seu povo da aliança quando fala na

linguagem da disciplina. Mencionei o fato de que se você tornar absoluta qualquer destas maneiras pelas quais a Bíblia fala do amor de Deus, fatalmente gerará um sistema falso que excluirá outras coisas importantes que a Bíblia diz, e assim, no final, a sua visão a respeito do Senhor será distorcida.

Neste caso, se adotarmos a quarta destas maneiras de falar a respeito do amor de Deus (isto é, o amor peculiar e efetivo dirigido ao povo eleito), e insistirmos que esta é a *única* maneira como a Bíblia fala do amor do Todo-Poderoso, então a expiação definitiva é exonerada, mas ao custo de outros textos que não se encaixam facilmente neste molde, e à custa de ser incapaz de dizer que há qualquer sentido no fato de Deus demonstrar uma postura amorosa, desejosa e salvadora em relação ao mundo inteiro. Além disso, já não haveria sentido no fato da expiação ser suficiente para todos, sem exceção. Por outro lado, se você colocar todos os seus "ovos teológicos" no terceiro cesto, e pensar no amor de Deus exclusivamente em termos de um convite aberto a todos os seres humanos, terá excluído não só a expiação definitiva como uma construção teológica, mas também uma série de passagens que, lidas naturalmente, significam que Jesus Cristo realmente morreu de um modo especial pelo seu próprio povo, e que Deus, com conhecimento perfeito dos eleitos, viu a morte de Cristo em relação aos eleitos de uma maneira diferente daquela em que Ele a vê relacionada a todos os demais.

Com certeza é melhor não introduzir separações onde Deus mesmo não as introduziu. Se alguém defender que a expiação é suficiente para todos e eficaz para os eleitos, então os dois conjuntos de textos e preocupações são conciliados. Até onde eu posso ver, um texto como 1 João 2.2 afirma algo sobre a amplitude potencial da expiação. Da forma

como entendo o contexto histórico, os adversários protognósticos que João estava enfrentando, pensavam ser uma elite ontológica que desfrutava um acesso particular e interior a Deus, por causa da inspiração especial que haviam recebido.[2] Mas quando Jesus Cristo morreu, João responde, não foi somente por causa dos judeus ou, agora, de algum grupo, agnóstico ou o contrário, que se posiciona como intrinsecamente superior. Longe disso. Não foi somente pelos nossos pecados, mas também pelos pecados do mundo inteiro. O contexto, então, entende isso com o significado de algo como "potencialmente para todos sem distinção" em vez de "efetivamente para todos sem exceção" porque no segundo caso todos sem exceção devem com certeza ser salvos, e João não supõe que isto ocorrerá. Isto está alinhado, então, com passagens que falam do amor de Deus no terceiro sentido listado acima. Mas é difícil ver porque isto deveria excluir o quarto sentido nas outras passagens.

Em anos recentes, tenho tentado ler fontes primárias e secundárias sobre a doutrina da expiação a partir de Calvino.[3] Uma das minhas impressões mais fortes é que as categorias do debate gradualmente mudam com o tempo, de forma a forçar a separação onde um pedaço ligeiramente diferente da estrutura de formulação de perguntas permitiria uma síntese. Corrigir isto, eu sugiro, é uma das coisas úteis que posso realizar a partir de um estudo adequado do amor de Deus na Sagrada Escritura. Porque Deus é uma pessoa. Certamente não será surpresa se o amor que o caracteriza como uma pessoa for manifestado, de várias maneiras, em relação a outras pessoas. Mas é sempre o amor que estará envolvido em tudo isto.

Defendo o argumento, então, que tanto os arminianos como os calvinistas deveriam corretamente afirmar que Cristo morreu por todos, no sentido de que a morte de

Cristo foi suficiente para todos, e que a Escritura retrata Deus como convidando, ordenando, e desejando a salvação para todos, *por amor* (no terceiro sentido desenvolvido no primeiro capítulo). Além disso, todos os cristãos também deveriam confessar que, em um sentido ligeiramente diferente, Cristo Jesus, no intento de Deus, morreu efetivamente apenas para os eleitos, *em harmonia com a maneira que a Bíblia fala do amor seletivo especial de Deus pelos eleitos* (no quarto sentido desenvolvido no primeiro capítulo).

Pastoralmente, há muitas implicações importantes. Quero mencionar apenas duas.

(1) Esta abordagem, eu afirmo, deve certamente vir como um alívio a jovens pregadores na tradição Reformada que almejam pregar o Evangelho efetivamente, mas que não sabem até onde podem ir ao dizer coisas tais como "Deus te ama" para descrentes. Quando prego ou faço palestras em círculos Reformados, freqüentemente me perguntam: "Você se sente à vontade para dizer aos descrentes que Deus os ama?" Sem dúvida alguma a pergunta é feita a mim porque eu ainda pratico o evangelismo, e as pessoas querem modelos. Historicamente, a teologia Reformada, na melhor das hipóteses, nunca foi lenta no evangelismo. Pergunte sobre George Whitefield, por exemplo, ou praticamente a todas as luzes principais na Convenção Batista do Sul até o final do século passado. A partir do que eu já disse, é óbvio que não tenho nenhuma hesitação em responder afirmativamente esta pergunta feita pelos jovens pregadores Reformados: *Claro* que digo aos não convertidos que Deus os ama.

Nem por um momento estou sugerindo que quando se prega evangelisticamente, deveria-se recorrer a passagens do terceiro tipo (acima), ocultando o quarto tipo até que a

pessoa se converta. Há alguma coisa inconsistente sobre este tipo de abordagem. Certamente é possível pregar com finalidades evangelísticas enquanto se está lidando com uma passagem que explicitamente ensina a eleição. Spurgeon fazia isto regularmente. Mas estou dizendo que, contanto que haja um compromisso honesto em se pregar todo o conselho de Deus, os pregadores na tradição Reformada não deveriam hesitar em nenhum instante em anunciar o amor de Deus para um mundo e seus indivíduos perdidos. As maneiras como a Bíblia trata do amor de Deus são suficientemente abrangentes, não só para permitir isto, mas para ordená-lo.[4]

(2) Ao mesmo tempo, preservar a noção de uma redenção específica mostra-se pastoralmente importante por muitas razões. Se Cristo morreu por todas as pessoas exatamente com a mesma intenção, como pode ser medido em qualquer eixo, então é com certeza impossível evitar a conclusão de que a marca distinta *definitiva* entre aqueles que são salvos e aqueles que não o são por sua própria decisão, é a sua própria vontade. Isto certamente é a base para a vanglória. Este argumento não acusa o arminiano sem o entendimento da graça. Afinal, o arminiano acredita que a cruz é a base da aceitação do cristão diante de Deus; a decisão de crer não é, em nenhum sentido, a base. Mesmo assim, este ponto de vista da graça certamente requer a conclusão de que *a distinção definitiva entre o crente e o descrente* reside, finalmente, nos próprios seres humanos. Isto impõe um entendimento bastante diferente a respeito da graça, e, em minha opinião, muito mais limitado do que a opinião que atribui a distinção definitiva aos propósitos de Deus, incluindo os seus propósitos na cruz. As implicações pastorais são muitas e óbvias.

C. O Amor de Deus pelo Mundo

Uma das dissonâncias formais admiráveis no corpo joanino é o choque superficial entre a afirmação do Evangelho sobre o amor que Deus tem pelo mundo (Jo 3.16), e a *proibição* na primeira epístola do amor pelo mundo (1 Jo 2.15-17). Em resumo, Deus ama o mundo, e seria melhor que os cristãos não o amassem. Há uma impressão muito forte: se as pessoas amarem o mundo, elas permanecerão sob a ira de Deus: o amor do Pai não estará nelas. A dissonância, naturalmente, é meramente formal. Há uma explicação pronta, como veremos. Mas esta dissonância formal ainda nos faz lembrar que as maneiras pelas quais a Bíblia fala de algo são diversas, e contextualmente controladas.

O amor de Deus pelo mundo é louvável porque ele se manifesta em um extraordinário sacrifício próprio; o nosso amor pelo mundo é repulsivo, pois deseja ardentemente participar do mal que há no mundo. O amor de Deus pelo mundo é digno de louvor porque leva o Evangelho transformador a este; o nosso amor pelo mundo é horrendo porque procuramos nos conformar ao sistema pecaminoso do mundo. O amor de Deus pelo mundo faz com que alguns indivíduos sejam tirados dele e ingressem na comunhão dos seguidores de Cristo; o nosso amor pelo mundo é repugnante porque desejamos ser absorvidos pelo seu sistema.

Assim, precisamos seguir a ordem do Senhor: "Não ameis o mundo, nem o que no mundo há. Se alguém ama o mundo, o amor do Pai [seja este amor entendido no sentido subjetivo ou objetivo] não está nEle" (1 João 2.15). Mas está bastante claro que devemos amar o mundo no sentido de que devemos ir a todas as partes dele levando o Evangelho glo-

rioso a toda criatura. Neste sentido nós imitamos, em uma proporção reduzida, o amor de Deus pelo mundo, que é digno de todo o louvor.

D. O Amor de Deus e o Povo de Deus

Concluo com três breves reflexões.

(1) O amor de Deus pelo seu povo é, às vezes, comparado ao amor de um pai pelo filho (por exemplo, Hb 12.4-11; cf. Pv 4.20). O Senhor disciplina aqueles a quem Ele ama (a quinta categoria do primeiro capítulo). Reconheço que disse pouco a respeito desta categoria neste livro. Mas jamais devemos nos esquecer de que somos responsáveis por nos mantermos no amor de Deus (Jd 21), lembrando que Deus é amoroso e misericordioso *aos que o amam e guardam os seus mandamentos* (Êx 20.6). Nisto, como vimos no segundo capítulo, imitamos Jesus. Assim como o Mestre obedece ao seu Pai celestial e permanece no amor dEle, devemos também obedecer a Jesus e permanecer no seu amor (João 15.9-11).

(2) O amor de Deus não é meramente para ser analisado, entendido, e adotado em categorias gerais do pensamento teológico integrado. Ele deve ser recebido, absorvido e sentido. Medite por muito tempo e com freqüência na oração de Paulo em Efésios 3.14-21. A seção doutrinária, por assim dizer, mostra o apóstolo orando pelos crentes nestes termos: "Me ponho de joelhos (...) a fim de, estando arraigados e fundados em amor, poderdes perfeitamente compreender, com todos os santos, qual seja a largura, e o comprimento, e a altura, e a profundidade e conhecer o amor de Cristo, que excede todo entendimento, para que sejais cheios de toda a plenitude de Deus" (vv.

14,17-19). Paulo (dá a entender no modo como se expressa), liga a experiência cristã do amor do Senhor e a maturidade cristã, com ser "cheios de toda a plenitude de Deus" (3.19). Está muito claro que ninguém pode ser um cristão maduro sem andar neste caminho.[5]

(3) Nunca nunca mesmo! subestime o poder do amor de Deus de quebrantar e transformar as pessoas mais espantosamente duras. Uma das afirmações recentes mais poderosas desta verdade em um contexto muito distante dos prédios das nossas igrejas é a apresentação mundial da versão musical de *Les Misérables*, o magnífico romance de Vitor Hugo. Sentenciado a dezenove anos de trabalhos forçados por roubar um pão, Jean Valjean se torna um homem duro e amargo. Ninguém conseguia quebrantá-lo; todos tinham medo dele. Solto da prisão, Valjean acha difícil sobreviver, quando os estalajadeiros não lhe dão abrigo e o trabalho é escasso. Então um bispo bondoso o recebe em sua casa. Mas Valjean trai a confiança. Durante a noite ele sai, esgueirando-se na escuridão, para roubar a prata da família.

Mas Valjean é levado de volta na manhã seguinte para a porta do bispo por três policiais. Eles o tinham prendido e encontrado a prata roubada em seu poder. Uma palavra do bispo e o miserável ficaria preso até o final de sua vida. Mas o clérigo imediatamente exclama, "Então aqui está você! Fico feliz por vê-lo. Você se esqueceu de que eu também lhe dei os castiçais? Eles são de prata como o resto, e valem uns bons 200 francos. Você se esqueceu de levá-los?"

Jean Valjean é solto, e é transformado. Quando os guardas se retiram, o bispo insiste em dar os castiçais ao seu convidado, que agora está sem palavras, mortificado e agradecido. "Não se esqueça, jamais se esqueça de que você me pro-

meteu usar o dinheiro para se tornar um homem honesto", exorta o bispo. E neste ínterim, o detetive que está procurando Valjean constantemente, Javert, que é consumido pela justiça, mas que não conhece nada sobre perdão ou compaixão, desmorona quando as suas categorias escritas em preto e branco, de mera justiça, fracassam ao se deparar com a graça que vai contra todo instinto de vingança. Valjean é transformado; Javert pula de uma ponte e se afoga no Seine.

Naturalmente, isto é amor cristão e, neste caso é o amor de Deus mediado através de um bispo. Mas isto é como deve ser, porque o amor de Deus nos transforma para que possamos mediá-lo a outros, que são então transformados. Nós o amamos porque Ele nos amou primeiro; nós perdoamos porque somos perdoados.

Uma das faces do amor que praticamente ignorei nesta série de palestras é o *nosso* amor. Meu foco tem sido o amor *de Deus* e as diversas maneiras pelas quais a Bíblia fala deste amor. No entanto, mais cedo ou mais tarde não se pode compreender adequadamente o amor de Deus nas Escrituras sem que pensemos nas maneiras pelas quais o amor de Deus *traz à tona* o nosso amor.

Para usar as categorias que desenvolvi no primeiro capítulo, e manter o desenvolvimento do tema:

(1) O amor intra-Trinitariano de Deus garante o plano da redenção. O Pai ama tanto o Filho que decreta que todos honrarão o Filho como honram o Pai. Deus Pai "mostra" as coisas ao Filho, lhe dá tarefas, incluindo a suprema tarefa da cruz, para este fim; o Filho ama tanto o Pai que por obediência Ele vai à cruz em nosso favor; o justo pelos injustos. Todo o plano da redenção que converteu os nossos corações a Deus é uma função, em primeiro lugar, deste amor intra-Trinitariano de Deus (cf. capítulo 2).

(2) O amor providencial de Deus nos protege, alimenta, veste e abstém-se de nos destruir quando a mera justiça poderia corretamente nos eliminar. O Senhor Jesus insiste que as evidências do amor providencial de Deus nos chamam à fé e às prioridades do reino centralizado no Senhor (Mt 6).

(3) O amor fervoroso, convidativo e exigente, supremamente manifestado na cruz, "nos constrange, julgando nós assim: que, se um morreu por todos, logo, todos morreram. E Ele morreu por todos, para que os que vivem não vivam mais para si, mas para aquele que por eles morreu e ressuscitou" (2 Co 5.14-15). Junto com Paulo, somos devedores; devemos a pregação do Evangelho às outras pessoas.

(4) O amor efetivo e eletivo de Deus em relação a nós permite que vejamos a glória e o poder tão puros da morte vicária de Cristo em nosso favor, pela qual somos reconciliados com Deus. Compreendemos que Deus não nos atraiu com a lascívia selvagem e criminosa dos estupradores, mas com o amor atraente. Por puro amor, Deus efetivamente assegurou a salvação do seu povo. Nós amamos, porque Ele nos amou primeiro.

(5) Deus continua nos amando não só com o amor imutável que garante que somos mais do que vencedores por Cristo, que nos ama (Rm 8), mas com o amor de um pai por seus filhos, dizendo-lhes que permaneçam no seu amor (Jd 21). Cristo nos diz para permanecermos no seu amor exatamente pelos mesmos meios que Ele permanece no amor de seu Pai por obediência (Jo 15.9ss.). Assim somos disciplinados, em amor, para que possamos ser filhos amorosos e obedientes do Deus vivo.

Tudo isso tem nos transformado, para que percebamos a justiça pura e absoluta do primeiro mandamento amar a Deus de todo o nosso coração, de toda a nossa alma, de todo o nosso pensamento, e de toda a nossa força. Assim como este é o primeiro e o maior mandamento, o primeiro e o maior pecado é *não* amar a Deus de todo coração, alma, pensamento e força. Para isto não há outro remédio, exceto o antídoto que o próprio Deus concedeu em amor.

NOTAS

Um: Distorcendo o Amor de Deus

[1] Roy Anker, "Not Lost in Space", *Books & Culture* 3/6 (Novembro/Dezembro de 1997), 13.

[2] *Religious Change in America* (Cambridge: Harvard University Press, 1989), 37.

[3] *All Is Forgivena: The Secular Message in American Protestantism* (Princeton: Princeton University Press, 1993).

[4] Ibid., 40.

[5] Ibid., 50, 53, 135.

[6] Discuti estas questões em certa extensão na obra *The Gagging of God: Christianity Confronts Pluralism* (Grand Rapids: Zondervan, 1996).

[7] American University Sudies. Série VII: Teologia e Religião, vol. 185 (Nova York: Peter Lang, 1996).

[8] Ibid., 144.

[9] A força deste pronunciamento não é diminuída observando o que é dirigido à casa de Israel, porque nem todos na casa de Israel são finalmente salvos; nos dias de Ezequiel, muitos morreram em juízo.

[10] Veja a obra de Iain H. Murray, *Spurgeon and Hyper-Calvinism* (Edinburgh: Banner of Truth, 1995).

[11] Também há ecos em R. K. McGregor Wright, *No Place for Sovereignty* (Downers Grove, Ill.: InterVarsity Press, 1996).

Dois: Deus É Amor

[1] *Exegetical Fallacies*, 2. ed. (Grand Rapids: Baker, 1996).

[2] *Agape and Eros* (Nova York: Harper and Row, 1969).

[3] Até agora o mais importante, embora certamente não a única contribuição, é a obra de Robert Joly, *Lê vocabulaire chrétien de l'amour est-il original?* filein *et 'Agaπan dans le grec antique* (Bruxelas: Presses Universitaires, 1968).

[4] **N do E:** Atribuição de sentimentos humanos a Deus (*Dicionário Teológico*, CPAD, 1998).

[5] **N do E:** Conceito que visualiza Deus como possuindo forma humana (Ibid).

[6] Charles Hodge, *Systematic Theology*, 3 vols. (Nova York: Scribner, Armstrong and Co., 1972), 1:428-429.

[7] **N do E:** Locução latina que significa *Criação a partir do nada* (*Dicionário Teológico*, CPAD, 1998).

[8] **N do E:** Dualismo, crença em dois deuses supremos. Trindade três pessoas em uma divindade também não é o mesmo que triteísmo, a crença em três deuses.

[9] Este ponto de vista não deve ser confundido com a reivindicação de alguns de que o Filho não tinha a pré-existência. O ponto de vista descrito reconhece a pré-existência do Filho, mas exorta que "o Filho" como um título, se refere apenas à sua existência encarnada.

[10] **N do E:** "Heresia fermentada por um presbítero do 4º século chamado Ário. Negando a divindade de Cristo, ensinava ele ser Jesus o mais elevado dos seres criados. Todavia, não era Deus. Por este motivo, seria impropriedade referir-se a Cristo como se fora um ente divino.
"Para fundamentar seus devaneios doutrinários, buscava desautorizar o Evangelho de João por ser o propósito desta Escritura, justamente, mostrar que Jesus Cristo era, de fato, o Filho de Deus.
"Os ensinos de Ário foram condenados no Concílio de Nicéia em 325" (*Dicionário Teológico*, CPAD, 1998).

[11] Devido ao fato deste assunto estar ligado aos debates sobre os papéis dos homens e das mulheres, que é atualmente um assunto delicado, publicações extraordinárias apareceram nos últimos anos. Royce Gruenler, *The Trinity on the Gospel of John* (Grand Rapids: Baker, 1986), nega que haja qualquer subordinação funcional do Filho ao Pai, com base em que cada um "se submete à vontade" do outro. O Pai "se submete à vontade" do Filho concedendo a Ele o que Ele pede. Mas esta é uma vã tentativa para sepultar debaixo da bandeira do respeito as diferenças imensas nas descrições dos papéis do Pai e do Filho como retratadas no quarto Evangelho. O fato de eu me "submeter" ao pedido do meu filho, por exemplo, apanhando-o no futebol, não significa que ele mande em mim da maneira como eu mando nele, ou que o meu amor por ele seja demonstrado através de minha obediência a ele. Em um artigo recente, Gilbert Bilezikian, "Hermeneutical Bungee-Jumping: Subordination in the Godhead", *JETS 40* (1997), 57-58, argumenta que seus adversários no debate sobre o papel das mulheres estão flertando com a heresia sobre esta questão, uma vez que a subordinação na Divindade *não* diz respeito à eternidade passada, mas está restrita à encarnação, a qual ensina a homens e mulheres a renúncia por

amor aos outros. É difícil encontrar muitos artigos que combinem tão ricamente erros exegéticos, erros de concepção histórica, e uma prosa purpúrea em uma síntese tão finamente preparada e afiada. Mas eu concordo totalmente com o seu apelo final para não "mexer com a Trindade", em apoio a uma agenda contemporânea.

Mais perto da marca está Paul K. Jewett, *God, Creation, and Revelation: A Neo-Evangelical Theology* (Grand Rapids: Eerdmans, 1991), 322-323, que corretamente reconhece que o ponto de vista histórico de que não há subordinação ao Pai por natureza, mas que há o que muitos chamariam de subordinação econômica ou funcional. Ele prefere pensar nisto como "o ato livre do Filho". Não tenho certeza de que esta seja uma formulação adequada, mas, mesmo que fosse, é difícil imaginar qualquer complemento defendendo algo que não seja o ato livre da mulher em qualquer distinção, nos papéis que elas defendem.

Três: O Amor e a Soberania de Deus

[1] Wayne Grudem, *Systematic Theology: An Introduction to Biblical Doutrine* (Grand Rapids: Zondervan, 1994), 191.

[2] Tratei destes assuntos com maior profundidade na obra *Divine Sovereignty and Human Responsability* (Atlanta: John Knox, 1981 [repr. Grand Rapids: Baker, 1994]) e na obra *How Long, O Lord? Reflections on Suffering and Evil* (Grand Rapids: Baker, 1990), especialmente nos capítulos 11-12.

[3] A recente tentativa de John Sanders (*The God Who Risks: A Theology of Providence* [Downers Grove, Ill.: InterVarsity Press, 1998], 103-104) para evitar estas conclusões não é, de modo algum, convincente. Ele diz que foi o "propósito definitivo" de Deus... "entregar o Filho nas mãos daqueles que tinham uma longa ficha de resistência à obra de Deus. A rejeição deles não pegou Deus de surpresa, porém, porque Ele previu a resposta deles, e assim entrou em cena com um excelente prognóstico... daquilo que aconteceria. A crucificação não poderia ter ocorrido com Jesus [*sic!*] a menos que isso de alguma forma se encaixasse nos limi-

tes do que Deus queria". Em outras palavras, Sanders pensa que a crucificação tinha uma chance muito boa de acontecer: Deus viu que havia "um excelente prognóstico" de que tudo daria certo. No entanto, Ele mesmo tem que camuflar um pouco dizendo que, "de alguma forma" (O mistério entrou pela porta dos fundos?), a crucificação "se encaixava nos limites da vontade de Deus". Além disso: "Deus estabeleceu soberanamente limites dentro dos quais os homens decidem como responderão a Ele" principalmente sob as pressuposições, na opinião de Sanders, de uma abordagem de livre-arbítrio que significa completa liberdade. Faz mais sentido adotar uma leitura direta do texto mas isto significa, naturalmente, que é essencial adotar um entendimento compatibilista da liberdade.

[4] Herman Bavinck, *The Doctrine of God*, trad. William Hendriksen (Edimburgo: Banner of Truth, 1977 [1951]), 49. Cf. também a discussão na obra *God, Revelation and Authority*, vol. 5, de Carl F. H. Henry: *God Who Stands and Stays*, Parte Um (Wheaton, Ill.: Crossway Books, 1999), cap. 15.

[5] **N do E:** "Teólogos do Processo" são adeptos de um movimento herético conhecido por diferentes nomes: "Visão Aberta de Deus"; Teologia do Processo; neoteísmo; teísmo neoclássico e, o mais conhecido no Brasil, "Teísmo Aberto". Algumas de suas principais aberrações doutrinárias segundo Norman Geisler , são: "1) uma visão libertária do livre-arbítrio; 2) limitações sobre a presciência infalível de Deus; 3) um futuro parcialmente aberto (não-determinado), onde atos livres estão envolvidos; 4) a convicção de que a natureza de Deus pode mudar; 5) que Deus é influenciado pelo tempo; 6) e a implicação de que Deus não é simples (indivisível) em sua essência" (Revista *Resposta Fiel*, nº 24, CPAD, 2007).

[6] Cf. Clark Pinnock, Richard Rice, John Sanders, William Hasker, David Basinger, *The Open View of God: A Biblical Challenge to the Traditional View of God* (Downers Grove, Ill.: InterVarsity Press, 1994).

[7] Veja o excelente artigo de Millard Erickson, "Deus e a Mudança", *The Southern Baptist Journal of Theology* 1/2 (1997), 38-51.

[8] A defesa mais recente desta posição é a de Peter D. Anders, "Divine Impassibility and Our Suffering God: How an Evangelical 'Theology of the Cross' Can and *Should* Affirm Both", *Modern Reformation* 6/4 (Julho/Agosto de 1997), 24-30.

[9] A *Nova Versão Internacional* traduz corretamente o texto grego neste ponto.

Quatro: O Amor de Deus e a Ira de Deus

[1] Enquanto alguém nega a eleição incondicional, como um arminiano informado (mas não um amiraldiano) negaria, a maioria dos calvinistas desejaria começar em um ponto muito anterior a este.

[2] Tenho defendido isto como a base, até certo ponto, em meu próximo comentário sobre as Epístolas de João no *New International Greek Testament Commentary* (NIGTC).

[3] Um dos comentários mais recentes pode ser encontrado na obra *The Extent of the Atonement: A Dilemma for Reformed Theology from Calvin to the Consensus (1536-1675)* de G. Michael Thomas, Paternoster Biblical and Theological Monographs (Carlisle: Paternoster, 1997).

[4] Cf. reflexões um tanto similares de Hywel R. Jones, "Is God Love?" em *Banner of Truth Magazine* 412 (Janeiro de 1998), 10-16.

[5] Tratei este assunto com uma profundidade muito maior na obra *A Call to Spiritual Reformation: Priorities from Paul and His Prayers* (Grand Rapids: Baker, 1992).

A Difícil Doutrina do Amor de Deus

D. A. Carson

Donald A. Carson é professor de Pesquisa do Novo Testamento na *Trinity Evangelical Divinity School*. Já escreveu diversos livros que tratam de Exegese, Novo Testamento e Teologia Bíblica. É membro da *Tyndale Fellowship for Biblical Research* e da *The Society of Biblical Literature*, instituições dedicadas ao estudo da Bíblia.



À primeiro pensamento, entender a doutrina do amor de Deus parece simples comparado a outras doutrinas como a da Trindade ou a da predestinação, especialmente quando a maioria esmagadora daqueles que crêem em Deus o vê como um ser amoroso.

Mas é exatamente isso que torna essa doutrina tão difícil. O único aspecto do caráter de Deus em que o mundo ainda acredita é o seu amor. Sua santidade, soberania e sua ira são freqüentemente rejeitadas como sendo incompatíveis com um Deus "amoroso". Pelo fato de a cultura popular ter distorcido e secularizado o amor de Deus, até mesmo muitos cristãos perderam o seu entendimento bíblico e, por sua vez, um meio vital de saber quem é Deus.

A Difícil Doutrina do Amor de Deus procura restaurar aquilo que perdemos. Neste tratamento das muitas passagens bíblicas a respeito do amor de Deus, o famoso estudioso evangélico D. A. Carson não só critica as idéias sentimentais, por exemplo, "Deus odeia o pecado, mas ama o pecador", como fornece uma perspectiva estimulante sobre a natureza de Deus e por que Ele ama como ama. Carson mistura o seu discurso com a argumentação de como a soberania e a santidade de Deus completam o quadro bíblico de quem Ele é, e de sua forma de amar.

Excluindo as trivialidades e os clichês, esta obra chega ao coração desta doutrina muito importante a partir de uma firme perspectiva evangélica. No entanto, ela o faz sem perder a sua ênfase pessoal: porque ao entender mais da natureza abrangente do amor de Deus como declarada em sua Palavra, você passará a entender mais completamente a Deus e o seu infinito amor por você.

Teologia
ISBN 85-263-0913-5
9 788526 309135